

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE SAO PAULO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 96100/2026
Processo Administrativo nº 23305.024691.2025-74

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE SAO PAULO, CNPJ 10.882.594/0001-65, por meio do(a) Diretoria de Logística e Aquisições - DLA, sediado(a) RUA PEDRO VICENTE, 625A, bairro CANINDE, na cidade de SÃO PAULO/SP, CEP 01109010, realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: 08/06/2026

Hora Inicial: 09h

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Solução de tecnologia da informação - Contratação de serviços de suporte técnico, atualização de software/firmware, garantia estendida (RMA) e licenças de segurança avançada para a solução de firewall de próxima geração (NGFW) já instalada no IFSP, incluindo funcionalidades de detecção avançada de malware, filtragem de URLs e gerenciamento centralizado, com vistas a assegurar a continuidade operacional, a proteção da infraestrutura de rede institucional e o atendimento às normas de segurança da informação conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 7 (sete) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência/Projeto Básico, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123 de 2006](#).

2.7. Para os itens 1 a 7 a participação é restrita a empresas que cumpram o Processo Produtivo Básico nos termos das [Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991](#), e [Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991](#).

2.8. Será concedido tratamento favorecido para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da [Leis nº 8.248, de 23 de outubro de 1991](#) e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

2.9. Não poderão disputar esta licitação:

2.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.9.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles

seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1996, concorrendo entre si;

2.9.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.11. O impedimento de que trata o item 2.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.9.4 e 2.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.14. O disposto nos itens 2.9.4 e 2.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.16. A vedação de que trata o item 2.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#), para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Marca.

5.1.2. Fabricante.

5.1.3. Valor expresso em Reais (R\$).

Seq	Item/Grupo	Periodicidade
1	SMCX - Forcepoint NGFW Management Center	Total
2	ODFSMCX - Forcepoint SMC Domains 200 Domain	Total
3	FPURL6X - URL Filtering para NGFW N1105, N2201	Total
4	AMDPFWM - Advanced Malware Detection para NGFW M	Total
5	FPURL3X - URL Filtering para NGFW N1035, N335	Total

Seq	Item/Grupo	Periodicidade
6	AMDPFWS - Advanced Malware Detection para NGFW S	Total
7	Essential Support - Suporte e Garantia RMA Consolidado*	Total

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de

Seq	Item/Grupo	Intervalo Mínimo (em R\$)
1	SMCX - Forcepoint NGFW Management Center	R\$ 1,00
2	ODFSMCX - Forcepoint SMC Domains 200 Domain	R\$ 1,00
3	FPURL6X - URL Filtering para NGFW N1105, N2201	R\$ 1,00
4	AMDPFWM - Advanced Malware Detection para NGFW M	R\$ 1,00

Seq	Item/Grupo	Intervalo Mínimo (em R\$)
5	FPURL3X - URL Filtering para NGFW N1035, N335	R\$ 1,00
6	AMDPFWS - Advanced Malware Detection para NGFW S	R\$ 1,00
7	Essential Support - Suporte e Garantia RMA Consolidado*	R\$ 1,00

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

6.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

6.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

6.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.19. Será assegurado o direito de preferência previsto no artigo 3º da [Leis nº 8.248, de 23 de outubro de 1991](#), conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, nos seguintes termos:

6.19.1. Após a aplicação das regras de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, caberá a aplicação das regras de preferência, sucessivamente, para:

6.19.1.1. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

6.19.1.2. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

6.19.1.3. bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º e 8º do Decreto 7.174, de 2010 e art. 3º da [Leis nº 8.248, de 23 de outubro de 1991](#).

6.19.2. Os licitantes classificados que estejam enquadrados no item 6.19.1.1, na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.

6.19.3. Caso a preferência não seja exercida na forma do item 6.19.1.1, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item 6.19.1.2, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item 6.19.1.3 caso esse direito não seja exercido.

6.19.4. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

- 6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 6.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.21.5. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.21.6. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.21.7. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do [Decreto nº 11.430, de 2023](#), e da [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025](#);
- 6.21.8. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#).
- 6.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.22.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.22.2. empresas brasileiras;
- 6.22.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.22.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 6.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 6.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.24.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.24.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

7.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

7.10.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.12.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.12.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito

de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10,00 %, (dez virgula zero) por cento. para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei .

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas , para:

8.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos [artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e reconhece os direitos da Administração previstos nos [artigos 137 a 139 da mesma Lei](#).

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico licitacao@ifsp.edu.br

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

- 11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 11.1.6. fraudar a licitação;
- 11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 11.2.1. advertência;
 - 11.2.2. multa;
 - 11.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: licitacao@ifsp.edu.br

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico licitacao@ifsp.edu.br


13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

13.11.2. ANEXO II - Minuta do Termo de Contrato

São Paulo, 19 de maio de 2026.

Documento assinado digitalmente
 **GUILHERME VINICIUS ASCENDINO SILVA**
Data: 19/05/2026 17:01:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SÃO PAULO

Termo de Referência 404/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
404/2025	158154-INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SÃO PAULO	LUIZ FERNANDO POSTINGEL QUIRINO	23/04/2026 16:04 (v 0.14)
Status	DISPONIBILIZADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC	216/2025	23305.024691.2025-74

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de suporte técnico, atualização de software/firmware, garantia estendida (RMA) e licenças de segurança avançada para a solução de firewall de próxima geração (NGFW) já instalada no IFSP, incluindo funcionalidades de detecção avançada de malware, filtragem de URLs e gerenciamento centralizado, com vistas a assegurar a continuidade operacional, a proteção da infraestrutura de rede institucional e o atendimento às normas de segurança da informação, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Tabela 1 - Descrição do Objeto

Grupo	Item	Especificação	CATSER	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	1	SMCX - Forcepoint NGFW Management Center	27480	Unidade	40	R\$ 1.139,63	R\$ 45.585,20
	2	ODFSMCX - Forcepoint SMC Domains (200 Domain)	27480	Unidade	1	R\$ 11.716,15	R\$ 11.716,15
	3	FPURL6X - URL Filtering para NGFW N1105, N2201	21202	Unidade	1	R\$ 7.585,98	R\$ 7.585,98
	4	AMDPFWM - Advanced Malware Detection para NGFW M	21202	Unidade	1	R\$ 8.512,79	R\$ 8.512,79
	5	FPURL3X - URL Filtering para NGFW N1035, N335	21202	Unidade	1	R\$ 3.502,02	R\$ 3.502,02
	6	AMDPFWS - Advanced Malware Detection para NGFW S	21202	Unidade	1	R\$ 3.956,63	R\$ 3.956,63
	7	Essential Support - Suporte e Garantia (RMA) Consolidado*	21202	Unidade	1	R\$ 59.050,01	R\$ 59.050,01
Total							R\$ 139.908,78

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), pois possuem padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo Edital, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar anexo a esta contratação.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que envolve a prestação ininterrupta de suporte técnico,

atualizações de software/firmware, garantia e demais serviços associados à operação segura e eficaz da infraestrutura de segurança de rede (NGFW) já instalada, cuja descontinuidade poderia comprometer criticamente a proteção da rede institucional e os serviços prestados aos campi do IFSP. Tal entendimento está em conformidade com a PORTARIA Nº 2839/IFSP, DE 09 DE MAIO DE 2025, que disciplina os serviços contínuos no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP., sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando que as soluções de segurança da informação operam em ciclos tecnológicos de médio a longo prazo, exigindo licenciamento renovável, suporte estendido e planejamento estratégico contínuo para manutenção da proteção da rede institucional. Além disso, contratos com vigência superior a um ano tendem a resultar em condições comerciais mais favoráveis, redução de riscos operacionais, menor esforço administrativo e melhor alinhamento com os ciclos orçamentários e de planejamento do IFSP.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar a continuidade da proteção da infraestrutura crítica de rede dos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), por meio da renovação das licenças de suporte, garantia e manutenção dos appliances NGFW (Next-Generation Firewall) atualmente em operação. Tais ativos, fundamentais para a segurança da informação institucional, demandam atualização de suas bases de dados, suporte técnico contínuo e capacidade de resposta a novas ameaças, como malwares avançados, ransomware, ataques de dia zero e tráfego malicioso em tempo real.

A quantidade de bens e serviços que compõem esta contratação foi definida com base na infraestrutura já instalada e em operação, cuja cobertura técnica atual expira nos próximos meses. A equipe técnica levantou os dados junto aos relatórios de inventário de TIC, validando a correspondência entre os equipamentos existentes e os respectivos pacotes de renovação de licenciamento e suporte. O dimensionamento contempla exatamente os ativos em produção, sem acréscimos desnecessários, o que garante a aderência ao princípio da economicidade.

A solução contempla funcionalidades avançadas como: inspeção profunda de pacotes, sistema de prevenção de intrusões (IPS), detecção de tráfego malicioso com sandboxing, atualização automática de assinaturas de ameaças, autenticação integrada com diretórios institucionais, controle de aplicações e políticas de acesso granular — todos indispensáveis para um ambiente acadêmico e administrativo seguro, especialmente em rede federada e com múltiplos polos.

O resultado esperado é a continuidade do pleno funcionamento da solução de segurança da informação, sem janelas de vulnerabilidade, além da preservação do investimento público já realizado com a aquisição original dos appliances. Isso reduz riscos operacionais, evita custos com substituições prematuras e promove aderência às diretrizes de governança e gestão de riscos estabelecidas pela Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022 e pela Lei nº 14.133/2021.

Esta contratação não resultará, neste momento, na formação de Ata de Registro de Preços com adesão por órgãos não participantes. A aquisição será destinada exclusivamente às necessidades

do IFSP, conforme planejamento orçamentário interno, não havendo motivação técnica ou administrativa para permitir adesões externas neste processo.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP:10882594000165-0-000029/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 11/03/2025;
- III) Id do item no PCA:51/2026;
- IV) Classe/Grupo: 166 Serviços De Manutenção E Instalação De Equipamentos De Tic;
- V) Identificador da Futura Contratação: 158154-42/2026;

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025 sob o número de Contratação Nº 158154-216/2025 conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

2.4. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2024-2027 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2024-2028 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, conforme demonstrado abaixo:

ID	Objetivo Estratégico / Descrição	Origem
D.I.3	Fortalecer a imagem do IFSP.	P D I / Institucional
D.I.5	Aperfeiçoar os sistemas informatizados e a governança do IFSP.	P D I / Institucional
D.I.7	Adequar a utilização dos recursos às ofertas dos cursos atuais e futuros.	P D I / Institucional
OE4	Privacidade e Segurança: Ampliar a resiliência e a maturidade das estruturas tecnológicas governamentais com atenção à privacidade, proteção de dados pessoais, segurança da informação e segurança cibernética.	E G D (2024-2027)

ID (OE)	Objetivo Estratégico (PDTIC)	I D (AE)	Ação / Meta Associada
OE1	Ampliar, padronizar e inovar a oferta de soluções e infraestrutura de TI.	AE17	Garantir o alinhamento entre a estratégia institucional e de TI, revisando anualmente o Plano de Investimentos do PDTI.

OE2	Aperfeiçoar continuamente a governança e gestão de TI.	AE24	Efetuar a aquisição de ferramentas para prevenção, monitoramento e análise da segurança das soluções de TI adotadas pelo IFSP.
OE6	Reforçar a gestão de riscos em TI e a segurança das informações da Instituição e de seus usuários.	AE25	Expandir os sistemas com autenticação na base de autenticação institucional.

2.5. A Administração atesta expressamente que a presente contratação encontra-se em estrito alinhamento com o **Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS)** do IFSP, aprovado pela **Portaria nº 3.981/IFSP, de 25 de julho de 2024**, observando os eixos de 'Compras e Contratações Sustentáveis' e 'Eficiência Energética', visando a redução de impactos ambientais e o uso racional dos recursos públicos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A solução de TIC consiste em *consiste em renovar as licenças de suporte técnico, garantia e atualizações de segurança da solução de firewall de última geração (Next-Generation Firewall – NGFW) atualmente instalada nos ambientes institucionais do IFSP. Essa solução é composta por appliances de segurança já operacionais, distribuídos em pontos estratégicos da rede institucional, cuja proteção contínua depende da manutenção ativa das licenças específicas fornecidas pelo fabricante.*

O quantitativo de bens e serviços foi definido com base no inventário atualizado de equipamentos NGFW em produção, considerando suas respectivas séries, modelos, datas de aquisição e vigência atual de licenciamento. A contratação prevê os descritivos e quantitativos da tabela a seguir, com seus respectivos valores financeiros.

Tabela 2 - Descritivos, Quantitativos e Valores Financeiros

Grupo	Item	Especificação	CATSER	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	1	SMCX - Forcepoint NGFW Management Center	27480	Unidade	40	R\$ 1.139,63	R\$ 45.585,20
	2	ODFSMCX - Forcepoint SMC Domains (200 Domain)	27480	Unidade	1	R\$ 11.716,15	R\$ 11.716,15
	3	FPURL6X - URL Filtering para NGFW N1105, N2201	21202	Unidade	1	R\$ 7.585,98	R\$ 7.585,98
	4	AMDPFWM - Advanced Malware Detection para NGFW M	21202	Unidade	1	R\$ 8.512,79	R\$ 8.512,79
	5	FPURL3X - URL Filtering para NGFW N1035, N335	21202	Unidade	1	R\$ 3.502,02	R\$ 3.502,02
	6	AMDPFWS - Advanced Malware Detection para NGFW S	21202	Unidade	1	R\$ 3.956,63	R\$ 3.956,63

7	Essential Support - Suporte e Garantia (RMA) Consolidado*	21202	Unidade	1	R\$ 59.050,01	R\$ 59.050,01
Total						R\$ 139.908,78

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.1.1. Garantia da Continuidade dos Serviços Institucionais...O IFSP mantém uma série de serviços acadêmicos, administrativos e técnicos em funcionamento contínuo, com

dependência direta de infraestrutura de rede e acesso à internet. A adoção de uma solução robusta de segurança perimetral, baseada em NGFW, é imprescindível para assegurar:

Alta disponibilidade e resiliência dos serviços digitais;

Minimização de impactos operacionais decorrentes de incidentes cibernéticos;

Capacidade de resposta rápida a falhas ou ataques sem interrupção prolongada dos sistemas.;

4.1.2. Redução de Riscos Institucionais e Conformidade Legal... Com o avanço das exigências legais e normativas, em especial a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e os normativos do GSI/PR, tornou-se essencial que o IFSP atue proativamente na: Proteção de dados sensíveis e informações acadêmicas, administrativas e pessoais; Prevenção de vazamentos, acessos indevidos e sequestro de dados (ransomware); Adoção de mecanismos de conformidade auditável, conforme previsto na PoSIC /IFSP, na Portaria nº 4.296 /2020 e nas normas da Administração Pública Federal.; e

4.1.3. Fortalecimento da Governança em Segurança da Informação A atuação da ETIR/IFSP exige uma arquitetura que permita:

Monitoramento contínuo e em tempo real dos eventos de segurança;

Aplicação centralizada de políticas de controle de acesso, segmentação de rede e autenticação;

Utilização de recursos como autenticação multifator (MFA), integração com serviços de diretório (ex: LDAP/AD), e mecanismos de proteção contra bots e acessos automatizados (como CAPTCHAs ou técnicas equivalentes);

Geração de relatórios e trilhas de auditoria que subsidiem a gestão de riscos e a tomada de decisão estratégica da alta administração.

4.1.4. Suporte à Expansão e à Transformação Digital: Dado o cenário de digitalização crescente dos serviços públicos de educação e da integração com ambientes de nuvem, a solução deve:

Ser escalável e interoperável com serviços em nuvem (SaaS, IaaS, etc.);

Permitir gestão distribuída e segura de unidades descentralizadas do IFSP, com controle granular de políticas e identidade;

Oferecer suporte técnico contínuo e atualização de assinaturas de segurança para cobertura frente a novas ameaças.

4.1.5. Eficiência Operacional e Custo-Benefício: A contratação deverá gerar eficiência na gestão da segurança institucional, com redução do retrabalho, incidentes evitáveis e gastos indiretos com mitigação de falhas. A solução deve:

- Eliminar a necessidade de soluções paralelas e redundantes;
- Reduzir custos associados a paradas não planejadas e perda de dados;
- Fornecer suporte e consultoria técnica especializada, contribuindo para o fortalecimento das capacidades internas.

Requisitos de Capacitação

4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação;

Requisitos Legais

4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

4.3.1. O presente processo de contratação deve observar rigorosamente a legislação vigente e as diretrizes aplicáveis à Administração Pública Federal, em especial:

- 4.3.1.1. Constituição Federal da República Federativa do Brasil.
- 4.3.1.2. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).
- 4.3.1.3. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).
- 4.3.1.4. Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) do Poder Executivo Federal.
- 4.3.1.5. Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, que dispõe sobre o processo de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- 4.3.1.6. Portaria SGD/MGI nº 5.950, de 27 de outubro de 2023, que estabelece a Estratégia Nacional de Governo Digital (ENGOV) para o período de 2023 a 2026. Esta contratação deverá estar alinhada aos seus princípios e objetivos, incluindo a especificação clara de métricas de software (tais como usuários, licenças, subscrições, ambientes, volumes ou unidades de serviço mensuráveis), visando à eficiência e à governança das soluções de TIC.
- 4.3.1.7. Outras legislações, decretos, portarias e orientações normativas específicas para a contratação de softwares e serviços de TIC, conforme os modelos e notas explicativas da Advocacia-Geral da União (AGU) e demais órgãos competentes, no que couber.

Requisitos de Manutenção

4.4. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções corretivas/preventivas /adaptativa/evolutiva pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades;

Tipo de Manutenção	Rotinas e Requisitos Objetivos	Critérios de Fiscalização e Mensuração

Corretiva	Realização de diagnóstico e solução de falhas, vulnerabilidades e erros de configuração que comprometam a segurança, a disponibilidade ou o funcionamento adequado dos appliances Forcepoint NGFW (modelos 1105 e 335) e seus módulos licenciados (Advanced Malware Detection, URL Filtering, Management Center).	Prazos de atendimento e solução: Verificação do cumprimento dos Acordos de Nível de Serviço (SLA) definidos no item 4.9 e na rotina de atendimento a chamados do item 6.3.1.
	Atendimento e resolução de incidentes conforme os prazos estabelecidos no item 4.9, para falhas críticas que afetem a conectividade geral ou segurança (4 horas corridas) e suporte técnico geral (8 horas úteis).	Efetividade da solução: Confirmação da correção da falha ou vulnerabilidade e restabelecimento do funcionamento pleno da solução pela equipe técnica do IFSP.
	Substituição de hardware defeituoso (RMA) em conformidade com as condições da garantia estendida contratada, incluindo a logística de envio e recebimento de equipamentos, conforme detalhado no item 6.3.1.	Relatórios de atendimento: Apresentação de relatórios (mensais ou por chamado) detalhando data, hora, descrição do problema, solução adotada e tempo de resolução, conforme item 6.3.1.
	Aplicação de hotfixes e patches de segurança emergenciais para correção de vulnerabilidades críticas, comunicados pelo fabricante.	Logística de RMA: Comprovação da substituição do equipamento defeituoso dentro do prazo de 48 horas úteis após aprovação, conforme item 6.3.1.
Preventiva	Aplicação proativa de todas as atualizações de software e firmware dos appliances Forcepoint NGFW (modelos 1105 e 335) e do Forcepoint NGFW Management Center, respeitando o ciclo de atualização do fabricante e os prazos definidos no item 4.9 (5 dias úteis para solução).	Prazos de execução: Verificação do cumprimento do prazo para "Atualizações preventivas" (5 dias úteis) estabelecido no item 4.9.
	Atualização contínua das bases de assinaturas de ameaças (malware, IPS, URL Filtering) para garantir a proteção contra ameaças conhecidas e emergentes.	Comprovação de atualizações: Apresentação de logs ou evidências da aplicação de atualizações de software, firmware e bases de assinaturas.
	Revisões periódicas das políticas de segurança configuradas (regras de firewall, filtragem de URL, controle de aplicações) para otimização e adequação às necessidades do IFSP, com frequência mínima trimestral, ou conforme demanda da equipe técnica do IFSP.	Relatórios de revisão: Entrega de relatórios documentando as revisões de políticas, testes de integridade e recomendações, com periodicidade mínima trimestral.
	Realização de testes de integridade e saúde (health checks) dos appliances e serviços licenciados para identificar potenciais problemas antes que impactem a operação.	Validação funcional: Confirmação pela equipe do IFSP de que as atualizações e revisões não causaram interrupções indevidas ou impactos negativos na rede.
Adaptativa	Realização de ajustes e reconfigurações na solução Forcepoint NGFW para garantir sua compatibilidade e funcionamento adequado frente a mudanças no ambiente tecnológico do IFSP.	Análise de impacto: Apresentação de análises técnicas e propostas de configuração para as mudanças solicitadas.
	O Contratado deverá analisar o impacto das mudanças solicitadas pelo IFSP na solução Forcepoint e propor as configurações necessárias para manter a segurança e funcionalidade.	Registro das alterações: Documentação das configurações adaptadas e das integrações realizadas.
		Registro das alterações: Documentação das configurações adaptadas e das integrações realizadas.

	O Contratado deverá analisar o impacto das mudanças solicitadas pelo IFSP na solução Forcepoint e propor as configurações necessárias para manter a segurança e funcionalidade.	
Evolutiva	Acompanhamento e, mediante solicitação do IFSP, incorporação de novas funcionalidades e melhorias de desempenho disponibilizadas pelo fabricante Forcepoint para os produtos e licenças contratados.	Prazos de execução: Verificação do cumprimento do prazo para "Incorporação de nova funcionalidade evolutiva" (5 dias úteis) estabelecido no item 4.9.
	Atendimento a demandas específicas da instituição para aprimoramento ou expansão da utilização da solução Forcepoint NGFW, através de Ordens de Serviço (OS), conforme o prazo para "Incorporação de nova funcionalidade evolutiva" definido no item 4.9 (5 dias úteis para solução).	Efetividade da funcionalidade: Confirmação pela equipe do IFSP de que as novas funcionalidades foram implementadas e operam conforme o esperado e a demanda.
	Inclui a otimização de configurações para melhor desempenho e o uso de recursos avançados que não estavam em uso inicialmente, mas que podem beneficiar o IFSP.	Documentação: Entrega de documentação sobre as novas funcionalidades ativadas ou as melhorias de desempenho implementadas.

Requisitos Temporais

4.5. Os serviços devem ser prestados no prazo máximo de 02 dias corridos para as capitais dos estados e de 03 dias corridos para as demais localidades, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante;

4.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.7. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.8. Na execução dos serviços, deverão ser observados os seguintes prazos:

4.8.1. Para fins deste Termo de Referência, entende-se por Hora Útil o período compreendido entre 8h (oito horas) e 20h (vinte horas), de segunda-feira a sexta-feira, excetuando-se feriados nacionais, estaduais ou municipais na localidade de prestação do serviço.

4.8.2. A contagem dos prazos será realizada conforme a tabela abaixo:

Atividade, Tarefa ou Serviço	Prazo máximo de início de atendimento (Resposta)	Prazo máximo de solução de problema (Resolução)
Suporte técnico remoto (horário comercial)	2 (duas) horas úteis	8 (oito) horas úteis
Correção de falha crítica que afete a conectividade geral ou segurança	1 (uma) hora corrida	4 (quatro) horas corridas (para falhas de software/configuração)

Atualizações preventivas (firmware, regras de segurança, patches)	2 (dois) dias úteis	5 (cinco) dias úteis
Incorporação de nova funcionalidade evolutiva (demandas de melhoria)	3 (três) dias úteis	5 (cinco) dias úteis

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.9. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante:

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.10. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

Em consonância com o Plano de Logística Sustentável (PLS) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP, **aprovado pela PORTARIA Nº 3981/IFSP, DE 25 DE JULHO DE 2024**, esta contratação contempla diretrizes voltadas à sustentabilidade institucional, conforme previsto no art. 20, inciso IX, da Lei nº 14.133 /2021.

A contratação contribui para os seguintes eixos temáticos do PLS/IFSP:

- **Compras e contratações sustentáveis:**
O processo licitatório poderá prever critérios de sustentabilidade para priorização de fornecedores que adotem práticas ambientalmente responsáveis (certificações, descarte de resíduos, políticas inclusivas). Isso reforça o compromisso institucional com responsabilidade social e ambiental.
- **Energia elétrica:**
A solução de TIC deverá observar, sempre que aplicável, especificações técnicas que privilegiem a eficiência energética, especialmente em equipamentos de infraestrutura crítica (como firewalls, switches, servidores, etc.), com vistas à redução do consumo elétrico e dos custos operacionais.
- **Deslocamento de pessoal:**
Será incentivado o suporte técnico remoto e o monitoramento à distância, evitando deslocamentos presenciais sempre que tecnicamente viável, o que contribui para a diminuição da emissão de gases e a racionalização logística.

Esses alinhamentos garantem que a contratação esteja integrada às práticas institucionais sustentáveis previstas no PLS, promovendo a economicidade, a redução de impactos ambientais e o uso racional de recursos públicos, sem prejuízo à eficiência e à qualidade do serviço prestado.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.11. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.12. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.13. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

4.13.1. Segurança e Governança de Dados

Deverá seguir boas práticas de segurança da informação (conforme ISO/IEC 27001), contemplando controle de acessos, criptografia, registros de auditoria e proteção contra vazamentos ou acessos não autorizados.

4.13.2. Escalabilidade e Modularidade

O projeto deverá prever possibilidade de expansão futura da solução (escalabilidade horizontal ou vertical) e modularidade para integrações futuras.

4.13.3. Alta Disponibilidade e Redundância

Deverá ser prevista arquitetura com redundância de componentes críticos e mecanismos automáticos de failover, garantindo disponibilidade de acordo com os requisitos da criticidade do serviço.

Requisitos de Implantação

4.14. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

4.14.1. Ativação e Disponibilização Operacional

Após os testes, a solução deverá ser colocada em produção com acompanhamento técnico durante o período inicial (go live assistido), garantindo a operação estável.

4.14.2. Garantia de Suporte Inicial

Durante os primeiros 30 dias após a entrada em operação, a contratada deverá manter canal prioritário para resolução de eventuais falhas ou ajustes não previstos.

Requisitos de Garantia e Manutenção

4.15. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.

Requisitos de Experiência Profissional

4.16. Os serviços de assistência técnica, suporte, garantia, deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços;

Requisitos de Formação da Equipe

4.17. Os serviços deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados, de acordo com os critérios estabelecidos a seguir:

Requisito	Descrição
Capacitação específica	Os profissionais deverão possuir conhecimento nas tecnologias e ferramentas utilizadas na solução proposta, incluindo familiaridade com sistemas operacionais, ferramentas de monitoramento, segurança da informação, virtualização e, quando aplicável, computação em nuvem.
Atualização tecnológica	É obrigatório que os profissionais tenham participado, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses , de cursos de atualização técnica ou possuam certificações válidas emitidas pelo fabricante ou entidade reconhecida em cibersegurança e firewall de próxima geração.
Conduta e postura profissional	Os profissionais designados deverão atuar com urbanidade, discrição e responsabilidade, sendo obrigatória a assinatura de Termo de Ciência e Manutenção de Sigilo quanto aos dados institucionais do IFSP, em estrita observância à LGPD e às normas internas de segurança.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.18. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.19. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

4.20. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento **24** horas por dia e **07** dias por semana de maneira eletrônica e **12** horas por dia e **06** dias por semana por via telefônica.

4.21. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.22. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.22.1. Conformidade Institucional

A solução e os serviços contratados devem estar plenamente aderentes à **Política de Segurança da Informação e Comunicação do IFSP (PoSIC)**, aprovada pela **Portaria nº 4.296/IFSP, de 14 de dezembro de 2020**, disponível em: <https://ifsp.edu.br/etir>. Essa política estabelece diretrizes para a proteção dos ativos informacionais, com foco na confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade das informações institucionais.

4.22.2. Legislação sobre Proteção de Dados

A contratada deverá seguir as disposições da **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 - LGPD)**, garantindo:

- Tratamento adequado e seguro de dados pessoais;
- Princípios da necessidade, finalidade e minimização;
- Implementação de controles e mecanismos de prevenção a incidentes;
- Comunicação imediata ao IFSP em caso de vazamento de dados ou incidentes de segurança.

4.22.3. Normativos Federais de Segurança da Informação

A contratada também deverá observar as seguintes diretrizes e instrumentos normativos:

- **Decreto nº 12.572/2025** – Institui a **Política Nacional de Segurança da Informação** e regula a governança de segurança da informação no âmbito da administração pública federal;
- **Decreto nº 10.569/2020** – Aprova a Estratégia Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas.
- **Decreto nº 10.748/2021** – Institui a **Rede Federal de Gestão de Incidentes Cibernéticos**, à qual o IFSP está vinculado, exigindo comunicação imediata de incidentes relevantes;
- **Decreto nº 11.856/2023** – Institui a Política Nacional de Cibersegurança e o Comitê Nacional de Cibersegurança.
- Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022 - Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.

Vistoria

4.23. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Sustentabilidade

4.24. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.24.1. logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável

Indicação de marcas ou modelos

4.25. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: .

Nº	Descrição	Part Number
1	Forcepoint NGFW 1105 Warranty - Advanced RMA (36 months), Cloud Access & Network Security	N1105WR-0-XX00-XN
2	Essential Support for Forcepoint NGFW 1105 Appliance, Support	ESESPT-0-CP36-X-N
3	Forcepoint Advanced Malware Detection for NGFW N1065, N1105, N2201, Cloud Access & Network Security	FPAMD4X-0-CP36-XN
4	Forcepoint NGFW URL Filtering for N1105, N2201, Cloud Access & Network Security	FPURL6X-0-CP36-XN
5	Forcepoint NGFW 335 Warranty - Advanced RMA (36 months), Cloud Access & Network Security	N335WR-0-XX00-X-N
6	Essential Support for Forcepoint NGFW 335 Appliance, Support	ESESPT-0-CP36-X-N
7	Forcepoint Advanced Malware Detection for NGFW N1035, N1101, N335, N335W, Cloud Access & Network Security	FPAMD3X-0-CP36-XN
8	Forcepoint NGFW URL Filtering for N1035, N1101, N335, N335W, Cloud Access & Network Security	FPURL3X-0-CP36-XN
9	Forcepoint NGFW Management Center, Cloud Access & Network Security	SMCX-2-CP36-X-N
10	Essential Support for Forcepoint NGFW Management Center, Support	ESESPT-2-CP36-X-N
11	Forcepoint SMC Domains, Cloud Access & Network Security (200 Domain)	ODFSMCX-0-CP36-XN
12	Essential Support for Forcepoint SMC Domains, Support	ESESPT-0-CP36-X-N

Da exigência de carta de solidariedade

4.27. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.28. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.29. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.30. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.31. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **10% (dez por cento)** do valor **total ~~ou anual~~** da contratação .

4.32. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.32.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.32.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.32.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.32.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.32.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.33. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.34. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.35. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.36. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.36.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.37. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.37.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.37.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.37.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.38. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial .

4.39. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.40. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.41. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada .

4.42. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.42.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.42.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.43. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.43.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.43.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.44. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.45. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.46. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.46. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Margem de Preferência

4.47. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência **normal** de 10 %, prevista no Decreto n.º 7.174 /2010, conforme disposto na Resolução n.º 5/2024 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS .

Informações relevantes para o dimensionamento e apresentação da proposta

4.48. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

4.48.1. O ambiente de tecnologia da informação do IFSP conta com múltiplas unidades descentralizadas, sendo necessária a manutenção de conectividade segura e controlada entre os campi, a Reitoria e serviços em nuvem, por meio de soluções de firewall de próxima geração (NGFW), com gestão centralizada via SMC (Security Management Center).

4.48.2. A proposta deverá considerar o licenciamento de appliances físicos e/ou virtuais da Forcepoint, bem como os respectivos serviços de suporte técnico (Advanced RMA, Essential Support), filtragem de URLs, detecção de malware avançado e gerenciamento de múltiplos domínios, conforme tabela apresentada neste Termo de Referência.

4.48.3. A execução do serviço de suporte, atualização de licenças e manutenção corretiva deverá contemplar o regime de atendimento remoto e/ou presencial, conforme a criticidade do incidente, devendo os licitantes prever os recursos técnicos e logísticos necessários para garantir os níveis de serviço pactuados (SLA).

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

5.2. São obrigações do CONTRATADO:

- 5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 5.2.9. fazer a transição contratual, quando for o caso.

5.3. São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:

- 5.3.1. efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;
- 5.3.3. definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:
- 5.3.4. as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e
- 5.3.5. definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;
- 5.3.6. definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:
- 5.3.7. a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;
- 5.3.8. as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo contratado; e
- 5.3.9. as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a verificação de Amostra do Objeto, observado o disposto no inciso III, alínea "c", item 2 do art. 17 da Instrução Normativa SGS/ME nº 94, de 2022, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 6.1.1. Início da execução do objeto: 10 dias da assinatura do contrato;

6.1.2. Condições de Execução

A execução do objeto será iniciada mediante a emissão de **Ordem de Serviço (OS)** ou documento equivalente, a critério da fiscalização, contendo o detalhamento da demanda, os prazos específicos de entrega e os resultados esperados.

Para o licenciamento e suporte, a Contratada deverá disponibilizar as chaves de acesso e certificados de garantia no prazo de **15 dias úteis** após o recebimento da OS, garantindo a ativação direta no portal do fabricante Forcepoint.

O suporte técnico e a garantia de hardware (RMA) serão prestados de forma contínua durante a vigência contratual de 12 meses, devendo cada chamado técnico ser registrado e acompanhado por OS para fins de rastreabilidade e controle de prazos.

A execução deve ser direta pela Contratada, sendo vedada qualquer forma de subcontratação em razão da criticidade da infraestrutura de firewall e do acesso a regras de segurança sensíveis do IFSP.

Local e horário da prestação dos serviços

6.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Reitoria

Rua Pedro Vicente, nº 625 – Canindé – São Paulo/SP – CEP 01109-010

Caso necessário, poderá haver atendimento presencial em outros campi do IFSP, a ser acordado previamente entre as partes, de acordo com a criticidade do incidente ou necessidade .

6.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

Para atendimento remoto: de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, exceto feriados.

Para atendimentos presenciais emergenciais, quando aplicável, a contratada deverá realizar o deslocamento em até 48 horas após a solicitação formal, respeitando os prazos e condições do contrato e da modalidade de suporte contratada (ex.: Advanced RMA Forcepoint).

Rotinas a serem cumpridas

6.3.1. Rotinas de Execução

Atendimento aos Chamados: resposta e solução das demandas conforme os prazos de Acordo de Nível de Serviço (SLA) para suporte remoto ou presencial.

Atualização e Renovação: garantia da vigência ininterrupta das licenças, com emissão de comprovantes e validação funcional pela equipe técnica do IFSP.

Relatórios Técnicos: disponibilização de relatórios mensais ou por chamado, contendo data, protocolo, tipo de atendimento e solução aplicada.

Segurança e Acesso: observância estrita à Política de Segurança da Informação e Comunicação (PoSIC) do IFSP para acessos remotos, garantindo rastreabilidade e confidencialidade.

Comunicação Institucional: manutenção de canal fluído com a Reitoria e campi, assegurando transparência nas ações técnicas realizadas.

Logística de RMA Avançado: envio de novo equipamento em até 48 horas úteis após a aprovação da solicitação, incluindo instruções para devolução do item defeituoso.

Materiais a serem disponibilizados

6.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

6.4.1. Equipamentos e ferramentas técnicas específicas, como notebooks para configuração, cabos de console, adaptadores de rede, ferramentas de medição e diagnóstico, e kits para instalação e fixação de appliances NGFW;

6.4.2. Insumos técnicos de apoio, tais como cabos de rede categoria mínima CAT6, conectores RJ45, patch cords, etiquetas de identificação, materiais para organização de cabos, parafusos e suportes;

6.4.3. Insumos técnicos de apoio, tais como cabos de rede categoria mínima CAT6, conectores RJ45, patch cords, etiquetas de identificação, materiais para organização de cabos, parafusos e suportes;

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

6.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

6.5.1. O Instituto Federal de São Paulo – campus Reitoria, conta com infraestrutura crítica de redes de dados, servidores e ambientes virtualizados que exigem proteção avançada contra ameaças cibernéticas, filtragem de conteúdo, detecção de malware e controle de acessos, conforme as diretrizes da Política de Segurança da Informação e Comunicação (PoSIC) – Portaria nº 4.296/IFSP, de 14 de dezembro de 2020;;

6.5.2. As soluções contratadas deverão estar alinhadas às necessidades de continuidade dos serviços institucionais, com suporte contínuo, garantia estendida (RMA avançado) e licenciamento legal para appliances de segurança de rede Forcepoint NGFW (modelos 1105 e 335), bem como para os módulos de gerenciamento centralizado (SMC);

6.5.3. A gestão da segurança e da conectividade deve considerar as exigências estabelecidas por normativos federais, como o Decreto nº 10.748/2021 (Rede Federal de Gestão de Incidentes Cibernéticos), Decreto nº 11.856/2023 (Institui a Política Nacional de Cibersegurança e o Comitê Nacional de Cibersegurança.), Decreto nº 12.572/2025 (Institui a Política Nacional de Segurança da Informação e dispõe sobre a governança da segurança da informação no âmbito da administração pública federal.), entre outros.

6.6. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Quantidade mínima de serviços para comparação e controle

6.9. Cada OS conterá o volume de serviços demandados, incluindo a sua localização e o prazo, conforme modelo da Contratada, que deverá conter, no mínimo, os seguintes itens:

Número sequencial da OS

Data de emissão da OS

Descrição detalhada do serviço a ser executado

Local de execução dos serviços (ambiente, unidade e/ou endereço completo)

Prazo para execução (data de início e data limite para conclusão)

Quantidade de itens ou volume de trabalho estimado

Nome e contato do responsável técnico pelo acompanhamento local da execução (designado pelo IFSP)
Campo para aceite técnico da prestação do serviço (assinatura e data)

Observações relevantes (como restrições de acesso, pré-requisitos técnicos ou condições específicas do ambiente)

Identificação do responsável técnico da empresa contratada

Mecanismos formais de comunicação

6.10. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes: I) Ordem de Serviço;

II) Ata de Reunião;

III) Ofício;

IV) Sistema de abertura de chamados;

V) E-mails e Cartas

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.11. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.12. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

7.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

7.6. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de vigência do contrato.

7.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Reunião Inicial

7.8. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.9. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 7(sete) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.10. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.10.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.10.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência; 7.10.3. esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.10.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.10.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

Rotinas de Fiscalização

7.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.12. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.13. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.14. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.15. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.17. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.18. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

7.18.1. tempo de atendimento às demandas do órgão pela empresa contratada;

7.18.2. qualidade do atendimento prestado, conforme indicador previamente definido;

7.18.3. qualidade do atendimento prestado, conforme indicador previamente definido;

7.18.4 transferência de conhecimentos, quando prevista em contrato;

7.18.5 qualidade dos materiais e insumos ofertados, quando previstos em termo de referência, projeto básico ou no contrato;

7.18.6 manutenção das condições de documentação de qualificação econômico-financeiras da empresa contratada;

7.18.7 manutenção da situação regular no Sicaf.

7.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Fiscalização Administrativa

7.20. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.21. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.22. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7.22.1. Acompanhamento periódico da conformidade técnica dos serviços prestados, com base nas Ordens de Serviço emitidas e respectivos prazos e requisitos de qualidade;

7.22.2. Verificação do cumprimento das normas de segurança da informação, privacidade, conduta profissional e procedimentos administrativos exigidos pelo IFSP;

7.22.3. Registro e avaliação de ocorrências, não conformidades ou intercorrências, com emissão de relatórios de fiscalização e eventuais recomendações ou solicitações de correção junto ao Contratado.

Gestor do Contrato

7.23. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.23.1.. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.23.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.23.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.23.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

- 7.23.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 7.23.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 7.23.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.
- 7.23.8. receber e dar encaminhamento imediato:
- 7.23.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;
 - 7.23.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto nesta seção.
- 8.1.1. Os resultados apurados por meio do IAP constituem instrumento de acompanhamento e fiscalização da execução contratual, não se confundindo com o regime de sanções. A apuração de desempenho insatisfatório ou crítico não implica penalidade automática, mas poderá subsidiar a adoção de medidas corretivas e, quando cabível, a instauração de procedimento administrativo para aplicação das sanções previstas no Item 9 deste Termo de Referência, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Faixas de Avaliação do Índice de Atendimento no Prazo (IAP)		
Faixa do IAP	Classificação d o desempenho	Efeito contratual
IAP maior ou igual a 95%	Desempenho satisfatório	Execução considerada adequada, sem apontamentos para fins sancionatórios.
IAP maior ou igual a 90% e inferior a 95%	Desempenho aceitável	Execução considerada regular, com possibilidade de registro de recomendação de melhoria, sem prejuízo do acompanhamento pela fiscalização contratual.

IAP maior ou igual a 80% e inferior a 90%	Desempenho insatisfatório	Registro de falha de desempenho, com ciência formal à contratada para adoção de medidas corretivas, podendo subsidiar a instauração de procedimento administrativo para apuração de eventual infração contratual, na forma do Item 9 deste Termo de Referência.
IAP inferior a 80%	Desempenho crítico	Registro de falha grave de desempenho, com comunicação formal à contratada e encaminhamento para apuração de eventual infração contratual, podendo subsidiar a aplicação das sanções previstas no Item 9 deste Termo de Referência, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

- 8.2.1. não produziu os resultados acordados,
- 8.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 8.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios: 8.4.1. **Unidade de medida para faturamento e mensuração do resultado**, conforme detalhado no IAP;

8.4.2. **Produtividade de referência ou critérios de qualidade para a execução contratual**, estabelecidos nas rotinas de execução e nos requisitos técnicos;

8.4.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios: 8.4.1. 8.4.2. 8.4.3. **Indicadores mínimos de desempenho para aceitação do serviço ou eventual glosa**, conforme as faixas de ajuste do IAP.

Recebimento

8.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento a emissão da respectiva *Nota de Empenho (NE)*, que representa a formalização da reserva orçamentária necessária ao pagamento. .

8.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

8.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

8.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

8.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

8.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Procedimentos de Teste e Inspeção

8.22. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

8.22.1. Validação técnica da instalação, licenciamento e ativação das soluções contratadas, mediante relatório técnico emitido pela equipe de TI do IFSP, atestando o correto funcionamento dos appliances e dos módulos de segurança (URL Filtering, Advanced Malware Detection, SMC, etc.) em ambiente de produção ou homologação; ...;

8.22.2. Verificação da compatibilidade das soluções com a infraestrutura de rede do IFSP, incluindo regras de política, logs, relatórios, testes de tráfego real e regras de filtragem aplicadas conforme projeto...; e

8.22.3. Conferência documental de todos os itens constantes da proposta, incluindo notas fiscais, comprovantes de ativação de suporte (Essential Support), documentação técnica (em português ou inglês), datas de início de vigência das licenças, e, quando aplicável, cronograma de execução e relatórios de OSs ou serviços realizados.

8.22.4. Os procedimentos de teste e inspeção servirão para validar a efetiva ativação e disponibilidade das licenças e do suporte Forcepoint. Caso os testes apontem falhas na ativação já paga, a Administração executará a garantia de 100% prevista no item 8.42.2 ou aplicará as sanções do Item 9.

Liquidação

8.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133 /2021.

8.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.28.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI de correção monetária.

Forma de pagamento

8.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.39. A presente contratação permite a antecipação de pagamento **total**, conforme as regras previstas no presente tópico.

8.39.1. A antecipação do pagamento para a renovação do suporte e subscrição Forcepoint NGFW justifica-se como condição indispensável para a obtenção do serviço (Art. 145, II, Lei nº 14.133/2021). O fabricante exige o desembolso integral para a ativação das assinaturas de segurança, garantia técnica (RMA) e acesso ao suporte especializado pelo período de 36 meses. A ausência de antecipação impediria a renovação das "vacinas" de segurança (IPS, URL Filtering, Anti-malware), deixando a rede do IFSP vulnerável. Adicionalmente, a contratação

pluridônea com pagamento único gera sensível economia de recursos, protegendo o órgão contra variações cambiais e garantindo descontos de volume que não seriam aplicáveis em pagamentos mensais, atendendo à Portaria SGD/MGI nº 5.950/2023.

8.39.2. Como medida de cautela e garantia do interesse público, a liberação do pagamento fica condicionada à: I. Apresentação do comprovante de ativação da garantia/suporte em nome da Administração; II. Prestação de garantia contratual de 100% (cem por cento) do valor antecipado, na forma do item 8.46.1 deste TR, a qual será liberada proporcionalmente ao longo da vigência do suporte.

8.39.3. A medição do desempenho será realizada mensalmente através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) (Item 8.1). Por se tratar de pagamento **único**, o descumprimento dos níveis de serviço (SLA) não gerará glosa imediata na fatura, mas sim a abertura de processo para aplicação de sanções administrativas (multas), utilizando os registros do IMR como prova técnica.

8.40. O Contratado emitirá **nota fiscal** correspondente ao valor de pagamento da contratação, tão logo **seja realizada a partir da emissão do ateste de recebimento provisório**.

8.41. A ordem do pagamento ocorrerá em etapa única, imediatamente após o Recebimento Provisório do objeto, que se consuma com a entrega das credenciais de acesso e do comprovante de ativação do suporte/garantia (Essential Support) emitido pelo fabricante em nome do IFSP.

8.42. Fica o Contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.

8.42.1. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não-executada do contrato.

8.42.2. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do **ICTI(ÍNDICE DE CUSTO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO)**, ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.

8.43. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.

8.44. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento da nota fiscal e da comprovação da regularidade fiscal. O pagamento será efetuado em parcela única visto que o suporte técnico e a garantia (RMA) são acessórios indissociáveis do licenciamento (subscrição), sendo a ativação da solução condicionada pelo fabricante ao pagamento integral e prévio do pacote, o que configura a hipótese de antecipação de pagamento por economia de escala e condição de mercado, conforme facultado pelo Art. 145, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

8.45. A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.

8.46. O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo Contratado:

8.46.1. prestação da garantia adicional nas modalidades de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de **100% (cem por cento)** do valor antecipado..

Justificativa: A Nota Explicativa indica que a garantia adicional deve ser razoável. Para uma antecipação total, exigir 100% do valor antecipado é uma medida de cautela máxima e prudente para a Administração, mitigando os riscos de inexecução e garantindo a devolução dos valores em caso de problemas. A Nota Explicativa reforça que a adoção de medidas de cautela é facultativa, mas deve ser justificada. A justificativa aqui é a proteção do erário diante de um pagamento integral antecipado.

8.47. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.

Reajuste

8.48. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 08/12/2025

8.49. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.50. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.51. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.52. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.53. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.54. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.55. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

8.56. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.56.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.56.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.56.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao

pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.56.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.57. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO

9.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

9.1.1. As falhas detectadas pelo IMR (Item 8) que configurem descumprimento contratual ensejarão a aplicação das sanções previstas neste tópico.

9.1.2. Toda e qualquer sanção será precedida de processo administrativo que garanta à Contratada o exercício do contraditório e da ampla defesa, não sendo a constatação do IMR uma punição automática, mas sim o fato gerador do processo sancionador.

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de (8) horas úteis.	Multa de (0,1) % sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela contratante, até o limite de 5 (cinco) dias úteis.
		Após o limite de 5 (cinco) dias úteis, aplicar-se-á multa de (2) % do valor total do Contrato.
2	Não atender ao indicador de nível de serviço IAP (Índice de Atendimento no Prazo)	IAP >= 90%: sem descontos sobre o valor da fatura mensal.
		IAP >= 80% e < 90%: 10% de desconto sobre o valor da fatura mensal.
		IAP >= 70% e < 80%: 20% de desconto sobre o valor da fatura mensal.
		IAP < 70%: 30% de desconto sobre o valor da fatura mensal.
3	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de (2) % do valor total do Contrato.

9.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que p contratado:

9.2.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

9.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

9.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado; e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato; f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.4. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.4.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.4.4. Multa:

9.4.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d” (ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado), de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida ou do valor total da contratação (caso a parcela seja única), até o limite de 15 (quinze) dias.

9.4.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

9.4.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

9.4.4.3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” (apresentar documentação falsa, praticar ato fraudulento, comportar-se de modo inidôneo, praticar ato lesivo) de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

9.4.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c”, (der causa à inexecução total do contrato), de 10% (dez por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

9.4.4.5. Compensatória, para a infração descrita na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

9.4.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento).

9.4.4.7. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

9.4.4.7.1. Não cumprimento das obrigações relativas à Política de Segurança da Informação e Comunicação (PoSIC/IFSP) ou à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD): multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da contratação por ocorrência, sem prejuízo de outras sanções legais e da responsabilidade civil e criminal.

9.4.4.7.2. Não fornecimento das atualizações de software/firmware ou de assinaturas de segurança dentro dos prazos acordados: multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação por dia de atraso na disponibilização da atualização crítica.

9.4.4.7.3. Falha na execução da garantia estendida (RMA) conforme os termos estabelecidos, resultando em indisponibilidade do equipamento por período superior ao fixado no SLA: multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da contratação por ocorrência.

9.4.5. Procedimento de Cobrança em caso de Pagamento Antecipado:

9.4.5.1. Considerando a modalidade de pagamento integral no início da vigência contratual, caso haja aplicação de multa, o valor deverá ser recolhido pela Contratada via Guia de Recolhimento da União (GRU) no prazo de 15 (quinze) dias a contar da decisão definitiva.

9.4.5.2. Não havendo o pagamento voluntário via GRU, a Administração executará a Garantia Contratual prestada, nos termos do art. 102 da Lei nº 14.133/2021.

9.4.5.3. Caso o valor da garantia seja insuficiente ou inexistente, os valores serão inscritos em Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

9.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.10.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.10.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.11.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.11.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.11.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.11.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

9.11.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.14.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

10.2. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço global.

10.2.1. Justificativa da Estratégia de Adjudicação por Preço Global

10.2.1.1. Em atenção às diretrizes que preconizam a divisão do objeto em itens, conforme estabelecido no art. 40, §§ 2º e 3º, e art. 47, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no art. 12, § 2º, inciso I, e § 3º, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, este ETP fundamenta a escolha da estratégia de adjudicação por preço global.

10.2.1.2. Apesar da reconhecida importância da adjudicação por itens para a ampliação da competitividade, a presente contratação, que envolve a renovação de licenças, suporte técnico e garantia para uma solução de Firewall de Próxima Geração (NGFW) Forcepoint já instalada e em operação no ambiente do IFSP, apresenta características de **indivisibilidade técnica e funcional** que tornam a adjudicação por itens inviável e menos vantajosa para a Administração, conforme detalhado no art. 18, § 1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.1.3. A decisão pela adjudicação global (lote único para um único vencedor) baseia-se nos seguintes argumentos técnicos e econômicos:

10.2.1.3.1. Natureza Integrada da Solução: A solução Forcepoint NGFW é um ecossistema de segurança composto por appliances físicos (modelos 1105 e 335) e módulos de software interligados, como Advanced Malware Detection, URL Filtering, e o Management Center (SMC). Esses componentes são projetados para funcionar de forma coesa, dependendo uns dos outros para garantir a efetividade da proteção. A divisão desses itens (ex: licença de um módulo por um fornecedor, suporte por outro) comprometeria a integridade e a funcionalidade da solução como um todo.

10.2.1.3.2. Unicidade de Fabricante e Patente: Os itens a serem contratados (licenças e serviços associados) são de propriedade intelectual exclusiva do fabricante Forcepoint. A aquisição de partes dessa solução de diferentes fornecedores, ou o suporte por múltiplos entes, geraria conflitos de responsabilidade, dificuldades de atualização e validação, e inviabilidade técnica de integração de elementos que são interdependentes e proprietários.

10.2.1.3.3. Responsabilidade e Gerenciamento Unificado: A contratação global garante um único ponto de responsabilidade para toda a solução de segurança perimetral. Em caso de incidentes ou falhas, o IFSP terá um único Contratado para acionar, simplificando a gestão contratual, a resolução de problemas e evitando o "jogo de empurra" entre múltiplos fornecedores, que poderia resultar em atrasos e na exposição da rede a riscos.

10.2.1.3.4. Redução de Riscos Operacionais: A manutenção da solução de segurança do IFSP é crítica para a continuidade dos serviços. Fragmentar a contratação em itens aumentaria exponencialmente os riscos de incompatibilidade entre serviços e licenças, degradação do desempenho, falhas de segurança devido à falta de sincronia nas atualizações ou suporte, e lacunas na cobertura de garantia, comprometendo a capacidade de resposta a incidentes cibernéticos.

10.2.1.3.5. Otimização Econômica (Custo Total de Propriedade - TCO): A contratação de todas as licenças e serviços associados de um único fornecedor, por meio de um pacote global, tende a resultar em melhores condições comerciais, com a possibilidade de negociação de descontos por volume e simplificação administrativa. A gestão de múltiplos contratos para uma única solução geraria custos indiretos elevados, tanto em termos de administração contratual quanto na mitigação de problemas decorrentes da fragmentação. O TCO da solução integrada, sob um contrato global, é demonstradamente mais vantajoso.

10.2.1.3.6. Conhecimento Técnico Especializado: A gestão e manutenção de um NGFW requerem expertise técnica aprofundada na plataforma específica. Ter um único Contratado que domine a totalidade da solução Forcepoint garante um suporte mais eficiente e eficaz para a equipe técnica do IFSP.

10.2.1.4. Portanto, a adjudicação por preço global para a presente contratação é a estratégia que melhor atende aos princípios da Lei nº 14.133/2021 e da IN SGD/ME nº 94/2022, assegurando a máxima vantajosidade para a Administração ao garantir a integridade, a segurança, a funcionalidade contínua e a eficiência econômica da solução de segurança da informação do IFSP, sem perda de economia em escala e com a mitigação dos riscos inerentes a um ambiente de rede crítico.

Exigências de habilitação

10.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

10.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

10.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

10.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas :

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

$$LG = \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$$

Ativo Total

$$SG = \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$$

Ativo Circulante

$$LC = \text{Passivo Circulante}$$

10.25. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, o **patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação valor total estimado da contratação para o período de doze meses – aplicável para o contrato de serviço continuado.**

10.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um do último exercício social, sob pena de inabilitação;

10.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

10.31. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

10.31.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico

10.32. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso .

10.32.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

10.32.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 3 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

10.32.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

10.32.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.32.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

10.32.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

10.33. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.34. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

10.35. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

10.36. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

10.41. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.41.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.41.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.41.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.41.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.41.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; 10.41.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: 10.46.6.1. ata de fundação;

10.41.6.1. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

10.41.6.2. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

10.41.6.3. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; 10.41.6.4. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

10.46.7. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

10.41.8. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador .

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$139.908,78 (Cento e trinta e nove mil , novecentos e oito reais, e setenta e oito centavos) conforme custos unitários apostos na Tabela 1 - Descrição do Objeto **contida no item CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.2 A dotação orçamentária da contratação será definida no momento oportuno pela equipe responsável.

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada, caso necessário, após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência **não** são classificadas como sigilosas.

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUIZ FERNANDO POSTINGEL QUIRINO

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 22/04/2026 às 16:06:46.

LUIS AUGUSTO DIAS CESAR

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 22/04/2026 às 16:07:19.

LEONARDO MENZANI SILVA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 22/04/2026 às 16:13:30.

DEIR OLIVEIRA DE OLIVEIRA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 23/04/2026 às 15:47:03.

JAILTON SOARES DE ARAUJO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 22/04/2026 às 16:07:56.

Documento Digitalizado Público

Termo de referencia - Corrigido

Assunto: Termo de referencia - Corrigido
Assinado por: Luiz Quirino
Tipo do Documento: Termo de Referência
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Digital

Documento assinado eletronicamente por:

- **Luiz Fernando Postingel Quirino, COORDENADOR(A) - FG4 - CCETI-DTI**, em 23/04/2026 16:05:42.

Este documento foi armazenado no SUAP em 23/04/2026. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsp.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 2409838

Código de Autenticação: e613125371



INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SÃO PAULO

Estudo Técnico Preliminar 263/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 23305.024691.2025-74

2. Introdução

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) foi elaborado com o objetivo de embasar tecnicamente a contratação de uma solução tecnológica de segurança da informação, voltada à aquisição de software de Firewall de Próxima Geração (Next-Generation Firewall – NGFW), aliado a serviços especializados como suporte técnico, consultoria em cibersegurança, atualização contínua e monitoramento centralizado.

A iniciativa atende à necessidade de fortalecer os mecanismos de proteção da infraestrutura de rede dos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), alinhando-se às exigências da Lei nº 14.133 /2021, que regulamenta as licitações e contratos administrativos, e às diretrizes da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, e também da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022. Além disso, a contratação da solução proposta contribui para pavimentar uma transição tecnológica progressiva, permitindo que a instituição se prepare para cenários futuros de virtualização da segurança perimetral, como o uso de firewalls em nuvem (*cloud-based firewalls*), modelos cada vez mais adotados em arquiteturas modernas de rede híbrida e distribuída. A estratégia, portanto, combina continuidade operacional, proteção ativa e alinhamento com práticas inovadoras de segurança da informação.

A elaboração deste ETP visa demonstrar a viabilidade técnica e econômica da contratação pretendida, com base nos requisitos previamente mapeados e nas necessidades operacionais identificadas pela área demandante. A análise aqui desenvolvida respeita os princípios da economicidade, eficiência e segurança jurídica, e busca garantir a escolha da solução mais vantajosa para a Administração, conforme estabelecido nos normativos supracitados.

Nesse sentido, a avaliação da(s) solução(ões) será conduzida com base nos seguintes três pilares fundamentais:

- **Custo:** a(s) solução(ões) identificada(s) deverão atender ao critério de melhor relação entre custo e benefício, considerando não apenas o preço inicial, mas também os custos de manutenção, suporte e evolução da tecnologia;
- **Funcionalidade:** a(s) solução(ões) deverá(ão) atender integralmente aos requisitos funcionais e não funcionais descritos nas seções 3, 5, 6 e 7 deste documento, incluindo controle de tráfego, prevenção contra ameaças, visibilidade de rede, integração com sistemas existentes e conformidade com a legislação vigente;
- **Gestão da tecnologia:** a solução deverá ser compatível com a arquitetura tecnológica da instituição, permitindo integração com ambientes diversos, gestão centralizada e flexível, escalabilidade e aderência às boas práticas de governança de TI.

A solução deverá, ainda, observar os princípios da Política de Segurança da Informação e Comunicação do IFSP (Portaria nº 4.296/IFSP, de 14 de dezembro de 2020), disponível em <https://ifsp.edu.br/etir>, bem como os dispositivos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709/2018), assegurando o tratamento seguro e transparente dos dados pessoais eventualmente processados pela solução.

Por fim, este Estudo Técnico Preliminar tem como função orientar a tomada de decisão quanto à contratação pretendida, servindo de insumo para a elaboração dos documentos subsequentes do planejamento da contratação, especialmente os estudos de mercado, o Termo de Referência e o Projeto Básico.

3. Descrição da necessidade

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), por meio de sua área técnica responsável pela governança de TIC e pela segurança da informação institucional, identificou a necessidade de contratação de solução especializada em segurança cibernética, notadamente um sistema de **Firewall de Próxima Geração (Next Generation Firewall – NGFW)**, acompanhado de **licenciamento de software**, **serviços de suporte técnico**, **atualizações contínuas** e **consultoria especializada**.

A demanda está diretamente relacionada às exigências estabelecidas na **Política de Segurança da Informação e Comunicação (PoSIC)** do IFSP, aprovada pela **Portaria nº 4.296/IFSP, de 14 de dezembro de 2020**, e disponível em <https://ifsp.edu.br/etir>, bem como às diretrizes da **Política Nacional de Cibersegurança**, instituída pelo **Decreto nº 11.856, de 26 de dezembro de 2023**, e demais normativos federais que tratam da prevenção, detecção e resposta a incidentes cibernéticos.

A crescente complexidade dos ataques digitais e o aumento da exposição de sistemas públicos a ameaças exigem soluções de controle de tráfego que integrem funcionalidades avançadas, como:

- inspeção de pacotes em nível de aplicação (Deep Packet Inspection);
- filtragem baseada em identidade e políticas;
- proteção contra malware, ransomware e tentativas de intrusão (IPS/IDS);
- visibilidade sobre aplicações em nuvem e dispositivos conectados;
- mecanismos de segmentação de rede e controle granular.

Além disso, a demanda se justifica pelo papel estratégico da equipe ETIR-IFSP (Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes), instituída pela **Portaria nº 4004/IFSP, de 29 de julho de 2024**, que exige infraestrutura tecnológica adequada para atuar em conformidade com a **Norma Complementar nº 05/IN01/DSIC/GSIPR**, com a **IN GSI nº 1 /2020**, e com os normativos complementares do Gabinete de Segurança Institucional (GSI/PR).

Assim, a contratação busca garantir:

- continuidade dos serviços institucionais, com proteção perimetral e de borda robusta;
- suporte à gestão da segurança da informação no âmbito da Administração Pública Federal;
- aderência às boas práticas de governança digital, conforme preconizado pela **Estratégia de Governo Digital** e pelas diretrizes da IN SGD/ME nº 94/2022.

A solução deverá se integrar ao ambiente tecnológico atual do IFSP, observando diretrizes arquiteturais, sem impactar negativamente os serviços de rede, conectividade, autenticação e sistemas acadêmico-administrativos.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DTI-PRD	Leonardo Menzani Silva

5. Necessidades de Negócio

A contratação da solução de segurança da informação visa atender a um conjunto de necessidades essenciais para a continuidade das operações institucionais do IFSP e para a preservação de sua integridade digital. A seguir, apresentam-se as principais necessidades a serem contempladas de forma simultânea:

5.1. Garantia da Continuidade dos Serviços Institucionais

O IFSP mantém uma série de serviços acadêmicos, administrativos e técnicos em funcionamento contínuo, com dependência direta de infraestrutura de rede e acesso à internet. A adoção de uma solução robusta de segurança perimetral, baseada em NGFW, é imprescindível para assegurar:

- Alta disponibilidade e resiliência dos serviços digitais;
- Minimização de impactos operacionais decorrentes de incidentes cibernéticos;
- Capacidade de resposta rápida a falhas ou ataques sem interrupção prolongada dos sistemas.

5.2. Redução de Riscos Institucionais e Conformidade Legal

Com o avanço das exigências legais e normativas, em especial a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e os normativos do GSI/PR, tornou-se essencial que o IFSP atue proativamente na:

- Proteção de dados sensíveis e informações acadêmicas, administrativas e pessoais;
- Prevenção de vazamentos, acessos indevidos e sequestro de dados (ransomware);
- Adoção de mecanismos de conformidade auditável, conforme previsto na PoSIC/IFSP, na Portaria nº 4.296 /2020 e nas normas da Administração Pública Federal.

5.3. Fortalecimento da Governança em Segurança da Informação

A atuação da ETIR/IFSP exige uma arquitetura que permita:

- Monitoramento contínuo e em tempo real dos eventos de segurança;
- Aplicação centralizada de políticas de controle de acesso, segmentação de rede e autenticação;
- Utilização de recursos como autenticação multifator (MFA), integração com serviços de diretório (ex: LDAP/AD), e mecanismos de proteção contra bots e acessos automatizados (como CAPTCHAs ou técnicas equivalentes);
- Geração de relatórios e trilhas de auditoria que subsidiem a gestão de riscos e a tomada de decisão estratégica da alta administração.

5.4. Suporte à Expansão e à Transformação Digital

Dado o cenário de digitalização crescente dos serviços públicos de educação e da integração com ambientes de nuvem, a solução deve:

- Ser escalável e interoperável com serviços em nuvem (SaaS, IaaS, etc.);
- Permitir gestão distribuída e segura de unidades descentralizadas do IFSP, com controle granular de políticas e identidade;
- Oferecer suporte técnico contínuo e atualização de assinaturas de segurança para cobertura frente a novas ameaças.

5.5. Eficiência Operacional e Custo-Benefício

A contratação deverá gerar eficiência na gestão da segurança institucional, com redução do retrabalho, incidentes evitáveis e gastos indiretos com mitigação de falhas. A solução deve:

- Eliminar a necessidade de soluções paralelas e redundantes;
- Reduzir custos associados a paradas não planejadas e perda de dados;
- Fornecer suporte e consultoria técnica especializada, contribuindo para o fortalecimento das capacidades internas.

6. Necessidades Tecnológicas

A solução tecnológica a ser contratada deverá atender aos seguintes requisitos mínimos para garantir a segurança, integridade, disponibilidade e auditabilidade do tráfego de rede institucional do IFSP:

6.1. Arquitetura da Solução

- A solução deverá ser composta por appliance de segurança tipo NGFW (físico ou virtual) com licenciamento adequado, capaz de operar como elemento perimetral da rede institucional;
- Suporte nativo a arquiteturas híbridas (on-premise + nuvem) e ambientes de múltiplas unidades geograficamente distribuídas;
- Possuir alta disponibilidade (HA) com failover automático (ativo-ativo ou ativo-passivo), minimizando riscos de interrupção.

6.2. Funcionalidades de Segurança Essenciais

A solução deverá incluir, no mínimo:

- Firewall de inspeção de estado (stateful inspection);
- Sistema de prevenção de intrusões (IPS);
- Controle de aplicações (Application Control);
- Filtragem de conteúdo web (Web Filtering), com categorização automática e personalização de listas;
- Sandboxing para análise de arquivos suspeitos em ambiente isolado;
- Antivírus/Antimalware de rede integrado ao tráfego analisado;
- Inspeção profunda de pacotes (DPI) com suporte a SSL/TLS;
- Proteção contra ataques de negação de serviço (DoS/DDoS);
- Geolocalização e controle de acesso baseado em país/região.

6.3. Autenticação e Controle de Acesso

- Integração com Active Directory, LDAP, RADIUS e outros diretórios institucionais;
- Suporte a autenticação multifator (MFA);
- Possibilidade de uso de portais cativos (captive portal) para autenticação de usuários na rede;
- Mecanismos de proteção contra acesso automatizado e bots, incluindo uso de CAPTCHA ou soluções equivalentes;
- Criação de perfis de usuário e controle de banda por grupo, IP, horário ou serviço.

6.4. Monitoramento, Auditoria e Gestão Centralizada

- Painel de monitoramento em tempo real de eventos e tráfego;
- Emissão de alertas configuráveis por política de segurança;
- Geração de relatórios personalizados e dashboards com visualização gráfica;
- Registro detalhado de logs de tráfego, eventos, autenticação e administração com suporte a trilha de auditoria e integração com servidores syslog ou SIEM;

- Interface de gerenciamento 100% web, com autenticação segura (HTTPS, login com senha forte ou certificado digital);
- Suporte a API REST para integração com outros sistemas.

6.5. Requisitos de Suporte e Atualizações

- A solução deverá incluir serviço de suporte técnico especializado (remoto e/ou presencial), com SLA compatível com o funcionamento contínuo das atividades acadêmicas e administrativas;
- Deverá contemplar atualizações regulares de assinaturas de segurança (antivírus, IPS, webfilter, etc.) durante todo o período contratado;
- Correções de vulnerabilidades e atualizações de firmware deverão ser disponibilizadas sem ônus adicional;
- Disponibilização de material de apoio e treinamento remoto para equipe técnica local, além de canal de atendimento (web, telefone, e-mail) e base de conhecimento.

6.6. Licenciamento e Conformidade

- O modelo de licenciamento deve permitir uso institucional sem limitação de IPs internos;
- As licenças deverão ser válidas durante todo o período de contratação, com início de vigência compatível com a data de entrega e homologação do serviço;
- A solução deverá estar em conformidade com os padrões internacionais de segurança (ex: NIST, ISO/IEC 27001) e a legislação nacional vigente (Lei nº 14.133/2021, LGPD);
- Garantia de que os dados de configuração e logs armazenados localmente permanecerão sob controle da Administração Pública.

7. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

A escolha da solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) deverá observar, além das necessidades de negócio e dos requisitos técnicos descritos anteriormente, os seguintes critérios adicionais, considerados essenciais para garantir a melhor relação custo-benefício, a conformidade legal e a sustentabilidade da contratação:

7.1. Compatibilidade com o Ambiente Tecnológico da Contratante

A solução deve ser plenamente compatível com a arquitetura tecnológica vigente no IFSP, permitindo integração transparente aos sistemas e políticas já implantados, sem a necessidade de reestruturações significativas de rede, segurança ou gestão.

7.2. Conformidade com Políticas de Segurança da Informação

A solução deverá aderir à Política de Segurança da Informação da instituição (Portaria IFSP nº 4.296/2020), com atenção especial à proteção contra acessos não autorizados, controle de privilégios, autenticação multifator (MFA) e, se aplicável, mecanismos de mitigação de ataques automatizados, como CAPTCHA em portais administrativos.

7.3. Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental

Sempre que aplicável, a solução deverá atender aos princípios do desenvolvimento sustentável, conforme o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, com ênfase no item 40 (Tecnologia da Informação e Comunicação). Isso inclui a priorização de soluções energeticamente eficientes, com menor impacto ambiental e que contribuam para a redução do uso de papel e outros insumos físicos.

7.4. Escalabilidade e Evolução Tecnológica

A solução deverá apresentar capacidade de escalabilidade horizontal ou vertical, de modo a acompanhar o crescimento da demanda institucional. Será considerada vantajosa a adoção de tecnologias modernas, como suporte nativo a IPv6, integração com ambientes de nuvem, recursos de virtualização e SD-WAN.

7.5. Licenciamento e Custos de Renovação

Serão priorizados modelos de licenciamento que apresentem clareza contratual, economia em médio e longo prazo, e previsibilidade orçamentária para atualizações e renovações. A proposta deverá explicitar os custos recorrentes, limites de usuários, módulos incluídos e eventuais encargos adicionais.

7.6. Suporte Técnico e Atualizações

A solução deverá incluir suporte técnico especializado com atendimento em português, abrangendo esclarecimento de dúvidas, solução de falhas, acesso a portal de atendimento seguro, e entrega de atualizações corretivas e evolutivas. O prazo mínimo de suporte e atualização deverá ser de 24 meses, podendo ser prorrogado conforme o contrato.

7.7. Aderência a Normas Técnicas e Boas Práticas

A solução deverá estar em conformidade com normas técnicas e boas práticas recomendadas por órgãos como o GSI /PR, o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) e a Secretaria de Governo Digital. Adicionalmente, deve contemplar princípios de interoperabilidade, segurança da informação, e governança de TIC.

8. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

A presente contratação visa atender à necessidade da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), com foco na manutenção da segurança perimetral da rede institucional, controle de tráfego, prevenção contra ameaças e apoio à gestão da infraestrutura crítica de TIC.

Com base nas necessidades levantadas e na análise técnica das soluções compatíveis, a estimativa da demanda contempla dois macrocomponentes: (i) **serviços especializados de gerenciamento e suporte técnico em TIC**, e (ii) **serviços de licenciamento de software com recursos de segurança de última geração (NGFW)**.

A tabela a seguir resume os quantitativos e valores estimados:

Nº	Descrição	Part Number	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Forcepoint NGFW 1105 Warranty - Advanced RMA (36 months), Cloud Access & Network Security	N1105WR-0-XX00-X-N	1	18744,00	18744,00
2	Essential Support for Forcepoint NGFW 1105 Appliance, Support	ESESPT-0-CP36- X-N	1	16100,00	16100,00
3	Forcepoint Advanced Malware Detection for NGFW N1065, N1105, N2201, Cloud Access & Network Security	FPAMD4X-0-CP36-X-N	1	17500,00	17500,00
4	Forcepoint NGFW URL Filtering for N1105, N2201, Cloud Access & Network Security	FPURL6X-0-CP36-X-N	1	17793,58	17793,58
5	Forcepoint NGFW 335 Warranty - Advanced RMA (36 months), Cloud Access & Network Security	N335WR-0-XX00- X-N	1	34164,70	34164,70
6	Essential Support for Forcepoint NGFW 335 Appliance, Support	ESESPT-0-CP36- X-N	1	12245,00	12245,00

7	Forcepoint Advanced Malware Detection for NGFW N1035, N1101, N335, N335W, Cloud Access & Network Security	FPAMD3X-0-CP36-X-N	1	11543,97	11543,97
8	Forcepoint NGFW URL Filtering for N1035, N1101, N335, N335W, Cloud Access & Network Security	FPURL3X-0-CP36-X-N	1	9654,06	9654,06
9	Forcepoint NGFW Management Center, Cloud Access & Network Security	SMCX-2-CP36-X-N	40	4974,76	198990,40
10	Essential Support forForcepoint NGFW ManagementCenter, Support	ESESPT-2-CP36-X-N	1	14368,41	14368,41
11	Forcepoint SMC Domains,Cloud Access & NetworkSecurity (200 Domain)	ODFSMCX-0-CP36-X-N	1	25358,74	25358,74
12	Essential Support forForcepoint SMC Domains, Support	ESESPT-0-CP36-X-N	1	4188,47	4188,47
Total Estimado			51	R\$ 186.635,69	R\$ 380.651,33

A composição dos valores considera os seguintes critérios:

- **Serviços de Gerenciamento em TIC:** Inclui consultoria técnica especializada, suporte remoto, apoio à configuração inicial e monitoramento da solução durante o período contratado;
- **Serviços de Licenciamento e Transferência de Tecnologia:** Refere-se à subscrição de licença de uso de software de segurança perimetral (NGFW), com atualizações, acesso a inteligência de ameaças e suporte do fabricante.

9. Levantamento de soluções

A análise das soluções disponíveis no mercado foi conduzida com base em exemplares amplamente utilizados no setor público e privado, levando-se em consideração informações técnicas divulgadas pelos próprios fabricantes, fornecedores e representantes comerciais de soluções de segurança perimetral baseadas em firewall de próxima geração (NGFW).

As alternativas foram estudadas por ocasião da nomeação da Comissão Técnica, respeitando o prazo de vigência da dotação orçamentária e priorizando fornecedores com histórico comprovado de atendimento a instituições públicas e requisitos compatíveis com os objetivos do IFSP.

Foram analisados produtos e serviços de fabricantes consolidados no mercado de segurança cibernética, com ênfase naqueles que ofertam:

- Modelos de licenciamento por subscrição com suporte contínuo e atualização automática de assinaturas de segurança;
- Soluções escaláveis, compatíveis com redes de médio a grande porte;
- Portais de administração seguros e com autenticação robusta (com recursos como CAPTCHA, autenticação multifator ou equivalentes, quando aplicável);
- Recursos de integração com ambientes híbridos (nuvem/local) e funcionalidades adicionais como sandboxing, IDS/IPS, controle de aplicações e filtragem de conteúdo;
- Amplo suporte a protocolos, logs e auditoria em conformidade com boas práticas de governança de TIC.

A análise foi orientada pelos pilares definidos na introdução deste ETP, quais sejam:

- **Custo:** foram priorizadas soluções economicamente viáveis e com modelos de licenciamento transparentes;

- **Funcionalidade:** as alternativas avaliadas devem atender integralmente às necessidades funcionais descritas nas seções 3, 5 e 6;
- **Gestão da Tecnologia:** foram consideradas soluções que favoreçam a autonomia da equipe interna, simplifiquem a manutenção e sejam aderentes às boas práticas de segurança da informação estabelecidas na POSIC-IFSP.

10. Análise comparativa de soluções

A análise comparativa de soluções consiste em uma avaliação crítica das alternativas tecnológicas capazes de atender à necessidade identificada, considerando simultaneamente:

- **o aspecto econômico**, por meio da aferição do *Custo Total de Propriedade (TCO)*;
- **os aspectos qualitativos**, relacionados ao atendimento das necessidades de negócio, segurança da informação, gestão da tecnologia e continuidade institucional.

Foram consideradas três alternativas viáveis para suprir a necessidade de segurança perimetral do IFSP:

Solução Viável 1: Renovação das licenças relacionadas a garantia, manutenção e suporte dos equipamentos já instalados da solução NGFW atual.

Solução Viável 2: Aquisição de licenças e equipamentos NGFW de fabricante distinto da solução atualmente implantada.

Solução Viável 3: Contratação de serviço terceirizado de firewall em nuvem (FWaaS ou serviço equivalente).

A seguir, apresenta-se a comparação entre as alternativas com base em critérios de economicidade, efetividade e aderência às necessidades de segurança da informação.

Comparação das Alternativas (Tabela Comparativa)

Critérios	Justificativa do critério	Solução 1: Renovação da solução NGFW atual	Solução 2: Nova solução NGFW de outro fabricante	Solução 3: Firewall em nuvem / serviço similar
Economicidade	Busca a contratação mais vantajosa considerando o custo total, incluindo licenças, suporte, treinamento e integração.	Atende – aproveita infraestrutura existente, reduz custos de transição e evita retrabalho.	Não atende – exige substituição completa, novos equipamentos, treinamento e custos de migração.	Não atende – apresenta custos recorrentes elevados e exige reestruturação de rede.
Efetividade	Redução de custos administrativos e operacionais, evitando fragmentação de processos licitatórios e garantindo continuidade sem interrupções.	Atende – mantém fluxo operacional contínuo e reduz impactos.	Não atende – envolve curva de aprendizado, tempo de implantação e risco de interrupções.	Não atende – depende de conectividade, exige redesenho, gera impacto operacional elevado.
Segurança da Informação	Garante disponibilidade, integridade, autenticidade e confidencialidade de dados e serviços institucionais, atendendo PoSIC, LGPD e normas do GSI.	Atende – solução já validada, integrada, com histórico operacional e compatibilidade plena com a centralização da reitoria.	Não atende – incompatível com parte da arquitetura existente, exigindo reintegração complexa e arriscada.	Não atende – não possui compatibilidade plena com os mecanismos atuais de autenticação e centralização da reitoria, além de criar dependência externa crítica.

11. Registro de soluções consideradas inviáveis

Nos termos do §1º do art. 11 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, este Estudo Técnico Preliminar contempla a análise de soluções que, embora inicialmente identificadas como possíveis, **foram consideradas inviáveis por não atenderem aos requisitos técnicos, operacionais ou estratégicos da Administração Pública**, não sendo, portanto, objeto de cálculo de Custo Total de Propriedade (CTP).

A análise comparativa que embasa esta exclusão está fundamentada nos **aspectos econômicos e qualitativos exigidos no inciso II do artigo supracitado**, com foco nos benefícios para o alcance dos objetivos da contratação.

Solução Inviável 2 – Contratação de licenças e equipamentos de solução de Firewall NGFW de nova fabricante

Descrição resumida: Alternativa que prevê substituição integral da atual solução de firewall por produto de outro fabricante.

Justificativa da inviabilidade:

- Incompatibilidade com a solução já implantada e com as políticas de segurança existentes;
- Exigência de aquisição de novos equipamentos, reinstalação de infraestrutura e migração de configurações críticas;
- Risco elevado de interrupção de serviços já consolidados;
- Impacto negativo na curva de aprendizado das equipes técnicas, exigindo capacitação adicional e reconfiguração total de processos.

Conclusão: Embora tecnicamente possível, esta alternativa **não satisfaz os requisitos de continuidade, interoperabilidade e economicidade**, conforme as Necessidades Tecnológicas e de Negócio do IFSP.

Solução Inviável 3 – Contratação de serviço semelhante com migração para nuvem

Descrição resumida: Alternativa que propõe a adoção de solução de firewall como serviço (FWaaS) hospedada em nuvem.

Justificativa da inviabilidade:

- Inadequação ao modelo de gestão atual baseado em centralização física da segurança de rede (on-premises);
- Fragilidades operacionais relacionadas ao controle direto de dados sensíveis e confidenciais;
- Riscos jurídicos e regulatórios envolvendo o tratamento de dados institucionais em ambiente de terceiros;
- Complexidade técnica da migração, com necessidade de reengenharia de rede e possível violação dos princípios de disponibilidade e confiabilidade.

Conclusão: Esta solução, apesar de inovadora, **não se mostra tecnicamente viável no contexto do IFSP**, especialmente no que se refere à aderência à estrutura já existente e aos requisitos estratégicos de segurança da informação, conforme exigido pelo inciso II do art. 11.

12. Análise comparativa de custos (TCO)

Nos termos do inciso III do art. 11 do Decreto nº 10.947/2022, e em conformidade com as diretrizes para o planejamento de contratações públicas, procedeu-se à **análise comparativa dos custos totais de propriedade (TCO)** das soluções técnica e funcionalmente viáveis identificadas no Estudo Técnico Preliminar e alinhadas com os requisitos da presente contratação.

A análise de TCO teve por objetivo garantir a seleção da solução mais vantajosa sob a ótica do ciclo de vida completo, considerando não apenas o valor de aquisição dos ativos, mas também os custos operacionais e de sustentação da solução ao longo do tempo, conforme preconiza a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

Foram considerados na composição dos custos totais:

- **Aquisição dos ativos** (hardware e licenciamento associado);
- **Licenciamento de funcionalidades complementares**, como filtragem de conteúdo web (URL Filtering) e análise de malware avançado (sandboxing/AMD);
- **Suporte técnico essencial com garantia estendida** (incluindo atualizações e RMA);
- **Custos de migração, implantação e integração à infraestrutura existente**;
- **Treinamento e capacitação da equipe técnica interna**;
- **Manutenção e gestão operacional contínua da solução** durante o período contratual.

As estimativas de preços foram obtidas com base em:

- Dados da **base consolidada de preços da Administração Pública Federal (Painel de Preços)**;
- Referências técnicas de mercado para soluções equivalentes, quando disponíveis;
- Contratações similares de outros órgãos públicos, quando disponíveis.

A **análise detalhada do Custo Total de Propriedade**, incluindo valores estimados para um período de 36 meses, está documentada no arquivo denominado “**Mapa Comparativo**”, que consolida os dados, critérios e memória de cálculo utilizados. Esse documento serve como **instrumento de transparência e verificação**, permitindo validar a origem dos dados e os fundamentos das escolhas realizadas.

Com base nessa análise, conclui-se que a solução ora recomendada apresenta o **melhor equilíbrio entre custo global e capacidade funcional**, atendendo de forma plena aos requisitos técnicos, de segurança e continuidade operacional da instituição.

13. Descrição da solução de TIC a ser contratada

Solução Viável 1 – Renovação das licenças relacionadas à garantia, manutenção e suporte da infraestrutura NGFW já instalada

A solução de TIC objeto desta contratação consiste na **renovação das licenças associadas à plataforma de segurança Forcepoint NGFW (Next Generation Firewall)** atualmente implantada e em operação no ambiente institucional. Trata-se de uma solução de segurança perimetral que já está integrada à infraestrutura de rede do órgão e desempenha funções críticas de proteção, controle e filtragem de tráfego.

A renovação contratual contempla os seguintes elementos da arquitetura em uso:

- **Suporte técnico essencial (Essential Support)** para os appliances do modelo Forcepoint NGFW 1105 e 335, incluindo:
 - Acesso contínuo a **atualizações de firmware e software**;
 - Garantia estendida com cobertura de substituição de hardware defeituoso (RMA);
 - Abertura de chamados e suporte técnico junto ao fabricante.
- **Licenciamento da funcionalidade Forcepoint Advanced Malware Detection (AMD)**, que permite a detecção de ameaças desconhecidas e ataques de dia zero por meio de **análise comportamental em sandbox**, integrada ao firewall.

- **Licença de URL Filtering**, com categorização de sites e controle de acesso à web, possibilitando a aplicação de políticas de segurança e prevenção contra sites maliciosos e de phishing.

Essa renovação garante a **continuidade operacional da solução de segurança atualmente em vigor**, mantendo sua integridade técnica, aderência a boas práticas de cibersegurança, e alinhamento com os princípios da economicidade e eficiência.

A escolha por manter e renovar as licenças da solução atual deve-se aos seguintes fatores:

- **Compatibilidade total** com os equipamentos físicos já instalados;
- **Evita custos de migração, reconfiguração e curva de aprendizagem** para soluções alternativas;
- **Preserva investimentos já realizados** em infraestrutura, treinamento e integração com outros sistemas;
- **Minimiza riscos operacionais e de indisponibilidade** por troca de solução ou mudança abrupta de fornecedor.

A presente contratação, portanto, se refere especificamente à aquisição de licenças **por tempo determinado (36 meses)** para extensão do suporte, garantia técnica e funcionalidades complementares da solução Forcepoint NGFW, sem aquisição de novos equipamentos físicos.

14. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 380.651,33

Recursos Estimado: R\$ 380.651,33 (conforme Relatório emitido no Pannel de Preços em 02/12/2025 09:33).

15. Justificativa técnica da escolha da solução

A escolha da solução baseada na renovação das licenças de suporte, garantia estendida e funcionalidades avançadas de segurança da plataforma Forcepoint NGFW decorre de uma análise técnica que considerou critérios de continuidade operacional, compatibilidade com a infraestrutura existente, custo total de propriedade (TCO), mitigação de riscos institucionais e atendimento às necessidades funcionais da organização.

A solução já encontra-se implantada, testada e integrada ao ambiente institucional, com políticas de segurança consolidadas, equipe técnica treinada e interoperabilidade com outros sistemas de rede. Nesse contexto, a renovação das licenças representa uma estratégia de continuidade eficiente, segura e economicamente viável, ao evitar os riscos e os custos associados à substituição da solução por outra tecnologia.

Entre os aspectos técnicos e qualitativos que fundamentam a escolha, destacam-se:

- Compatibilidade integral com os equipamentos físicos atualmente em operação (modelo NGFW 1105 e 335), garantindo a plena utilização dos ativos já adquiridos e evitando o descarte prematuro de recursos públicos;
- Preservação da inteligência de segurança já desenvolvida, incluindo regras de firewall, filtragem de conteúdo, integração com sandbox de malware e políticas de controle de acesso à web;
- Redução do risco operacional, ao evitar interrupções, retrabalho de configuração, revalidação de regras e períodos de instabilidade associados a mudanças de fornecedor ou tecnologia;

- Menor curva de aprendizado para as equipes técnicas, já familiarizadas com os procedimentos administrativos, operacionais e de suporte da solução em uso;
- Mitigação de riscos de segurança cibernética, uma vez que a interrupção dos serviços de suporte e atualizações poderia expor a rede institucional a vulnerabilidades conhecidas e emergentes.

Do ponto de vista da eficiência orçamentária, a análise do Custo Total de Propriedade (TCO) evidencia que a manutenção da solução atual, mediante renovação de licenças e suporte, apresenta um custo inferior em relação à adoção de uma nova tecnologia que demandaria aquisição de novos appliances, migração de ambiente, reconfiguração e treinamento.

Por fim, a escolha alinha-se com os princípios da continuidade do serviço público, economicidade, mitigação de riscos e segurança da informação, promovendo o uso racional dos recursos públicos e garantindo a manutenção de um nível elevado de proteção cibernética.

16. Justificativa econômica da escolha da solução

A escolha da solução pautou-se não apenas por critérios técnicos de continuidade e segurança, mas também por uma avaliação econômica rigorosa, conforme preconizado pelo inciso III do art. 11 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 1/2019. A decisão pela renovação das licenças e serviços associados à plataforma Forcepoint NGFW baseou-se em critérios objetivos de economicidade, considerando o Custo Total de Propriedade (TCO) ao longo do ciclo de vida da solução.

Como parte do processo decisório, foi realizada uma consulta estruturada ao Painel de Preços do Governo Federal, ferramenta oficial de apoio à gestão e planejamento de contratações públicas. Esse painel revelou-se fundamental para fornecer balizas de preços praticados na Administração Pública, especialmente em cenários onde há baixa granularidade nos registros de itens tecnológicos com características técnicas específicas, como é o caso das licenças vinculadas à solução Forcepoint.

Embora os códigos dos itens nem sempre correspondam exatamente aos *part numbers* praticados pelo fabricante, a consulta ao Painel de Preços permitiu identificar tendências de valores agregados por categoria de software e serviços de segurança da informação, oferecendo subsídios sólidos para estimativas de custo unitário por componente da solução (suporte, sandboxing, filtragem de URL, etc.). Essa análise foi consolidada em mapa comparativo anexo, conforme exigência normativa.

Além disso, a manutenção da solução atual evita custos adicionais relacionados à:

- Aquisição de novos ativos físicos (hardware de substituição);
- Migração de ambiente, com eventuais necessidades de retrabalho de configuração e auditoria;
- Capacitação de equipes técnicas em novas tecnologias, o que impactaria diretamente na curva de adoção e no tempo de resposta operacional;
- Perda de investimentos anteriores, como a customização de políticas, integração com diretórios institucionais e automações desenvolvidas.

Assim, sob a ótica da racionalidade econômica, a escolha da solução representa melhor relação custo-benefício, com efetiva economicidade em relação à substituição tecnológica. A opção pela renovação da solução vigente oferece previsibilidade orçamentária, aproveitamento de investimentos realizados, e evita despesas adicionais que não trariam, neste momento, ganhos proporcionais em eficiência ou segurança.

A memória de cálculo detalhada, incluindo referências de valores, segmentação por componente e observações extraídas do Painel de Preços, está registrada no documento “Mapa Comparativo”, que acompanha este processo.

17. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A renovação das licenças de suporte, garantia, filtragem de conteúdo e detecção avançada de malware da solução Forcepoint NGFW visa **garantir a continuidade da proteção cibernética do ambiente institucional**, assegurando os seguintes benefícios estratégicos, operacionais e sociais:

1. Continuidade operacional com alta disponibilidade

- Preserva a operação segura e ininterrupta da rede corporativa do órgão.
- Evita janelas de vulnerabilidade por falhas de cobertura de suporte ou atualização de segurança.
- Garante o funcionamento de aplicações críticas, sistemas acadêmicos, administrativos e serviços ao cidadão.

2. Fortalecimento da segurança da informação

- Mantém o bloqueio proativo contra **ameaças avançadas**, como malwares de dia zero, exploits e sites maliciosos.
- Sustenta políticas de **controle granular de acesso à internet**, reduzindo riscos de vazamentos, ataques e uso indevido de recursos institucionais.

3. Aproveitamento de investimentos anteriores

- Elimina a necessidade de reaquisição de hardware ou de reconfiguração de políticas de segurança já personalizadas.
- Evita custos ocultos com treinamento e migração para nova solução.

4. Governança da Rede Institucional

- A arquitetura da solução permite o **gerenciamento de múltiplos domínios administrativos** sob uma estrutura centralizada, alinhando-se ao modelo federativo da instituição e otimizando a gestão em diferentes campi ou unidades.

5. Atendimento à legislação vigente

- A contratação garante conformidade com normativos como o Decreto nº 10.570/2020 (Política de Segurança da Informação), a Instrução Normativa SGD/ME nº 1/2020 (sobre segurança cibernética na Administração Pública Federal), e boas práticas da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

6. Benefícios à sociedade e ao público-alvo

- Ao proteger as infraestruturas críticas de tecnologia da informação, a instituição garante a **prestação segura e contínua de serviços públicos digitais**, impactando positivamente alunos, servidores, pesquisadores e a comunidade atendida.
- Redução de riscos de interrupções, vazamentos ou incidentes que possam comprometer a **imagem institucional ou a confiança da sociedade**.

18. Providências a serem Adotadas

Com vistas à adequada viabilização da contratação e em conformidade com a alínea “e” do inciso II do art. 11 da Instrução Normativa SGD/ME nº 1/2019, serão adotadas as seguintes providências e medidas preparatórias:

1. Adequações no Ambiente de TIC (se necessário)

Até o momento, **não são previstas adequações físicas ou lógicas no ambiente de TIC**, uma vez que a contratação se refere exclusivamente à renovação de licenças de ativos já implantados e operacionais. Contudo,

eventuais ajustes administrativos ou sistêmicos serão providenciados de forma tempestiva, caso demandados durante a execução contratual.

19. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

19.1. Justificativa da Viabilidade

Com base na análise realizada no Estudo Técnico Preliminar, declara-se viável a contratação da renovação das licenças vinculadas à solução de segurança de perímetro atualmente em operação na instituição (Forcepoint NGFW), incluindo serviços de suporte técnico, garantia estendida e manutenção.

A escolha da solução adotada se fundamenta em critérios técnicos, operacionais e econômicos, sendo tecnicamente compatível com a arquitetura de TIC existente, operacionalmente consolidada e aderente aos requisitos institucionais de continuidade e segurança. A manutenção do parque já homologado e em pleno funcionamento reduz os riscos de incompatibilidade, evita a interrupção de serviços críticos, preserva o conhecimento acumulado pela equipe técnica e assegura a interoperabilidade com demais sistemas institucionais.

No que se refere ao aspecto econômico, foi conduzida análise comparativa de soluções tecnicamente viáveis, com base no Custo Total de Propriedade (TCO). A solução escolhida apresentou o menor custo ao longo do ciclo de vida, considerando aquisição, manutenção, suporte, eventual necessidade de migração, curva de aprendizagem e riscos associados à descontinuidade operacional. Os dados utilizados encontram-se documentados na memória de cálculo constante do Mapa Comparativo anexo.

Dessa forma, a presente contratação mostra-se viável e vantajosa, tanto sob a perspectiva técnica quanto econômica, sendo a opção que melhor atende ao interesse público, com garantia de continuidade, segurança da informação e economicidade dos recursos públicos.

20. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WENDEL MARCOS DOS SANTOS

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 05/12/2025 às 14:50:06.

LEONARDO MENZANI SILVA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 08/12/2025 às 15:52:31.

LUIZ FERNANDO POSTINGEL QUIRINO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 08/12/2025 às 14:49:48.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - cotação-resumido-279-2025.pdf (98.19 KB)
- Anexo II - legal-forcepoint-technical-support-description-en.pdf (258.04 KB)

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Resumido

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
279/2025	158154	Rascunho	WENDEL MARCOS DOS SANTOS

Título: GERAL – Garantia, Suporte e RMA para Segurança de Rede

Observações:

Total de itens cotados: 4 **Valor total da pesquisa de preços:** R\$ 402.256,7750

Itens cotados

Item: 1



Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
481646 - Equipamento Segurança Rede Tipo: Amppliance , Aplicação: Firewall	Unidade	2
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	● Mediana
R\$ 44,3700	R\$ 1.056.453,8066	R\$ 102.500,0000
Método de cálculo adotado: Mediana		
Coeficiente de Variação: 223,1753% Desvio Padrão: 2.357.744,0162 Maior Preço: R\$ 11.212.000,0000		

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 599.100,0000	26/11/2025	Sim
2	I	MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 648.322,0000	26/11/2025	Sim
3	I	INSTITUTO NAC.DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO-ITI - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 1.340.000,0000	21/11/2025	Sim
4	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BEZERROS - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 462,0000	28/11/2025	Sim
5	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 265.431,0000	17/11/2025	Sim
6	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 7.598,5500	01/12/2025	Sim
7	I	SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 146.000,0000	12/11/2025	Sim
8	I	DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO - Compras.gov.br	44	Unidade	R\$ 30.690,0000	06/11/2025	Sim
9	I	DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO - Compras.gov.br	26	Unidade	R\$ 30.690,0000	06/11/2025	Sim

10	I	DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 1.143.000,0000	06/11/2025	Sim
11	I	ESTADO DO MATO GROSSO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.849,0000	14/10/2025	Sim
12	I	EMPRESA DE TEC. E INFORMAÇÕES DA PREVID. S.A. - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 105.000,0000	29/09/2025	Sim
13	I	EMPRESA DE TEC. E INFORMAÇÕES DA PREVID. S.A. - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 100.000,0000	29/09/2025	Sim
14	I	EMPRESA DE TEC. E INFORMAÇÕES DA PREVID. S.A. - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 1.840.000,0000	29/09/2025	Sim
15	I	EMPRESA DE TEC. E INFORMAÇÕES DA PREVID. S.A. - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 5.240.000,0000	29/09/2025	Sim
16	I	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - Compras.gov. br	2	Unidade	R\$ 109.598,0000	09/09/2025	Sim
17	I	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - Compras.gov. br	2	Unidade	R\$ 461.507,0000	09/09/2025	Sim
18	I	COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	2	Unidade	R\$ 179.000,0000	01/09/2025	Sim
19	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 6.200,0000	28/07/2025	Sim
20	I	MINISTERIO DEFESA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 375.000,0000	18/07/2025	Sim
21	I	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS/TO - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 26.200,0000	16/07/2025	Sim
22	I	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS/TO - Compras.gov.br	16	Unidade	R\$ 54.000,0000	16/07/2025	Sim
23	I	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS/TO - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 545.000,0000	16/07/2025	Sim
24	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras. gov.br	2	Unidade	R\$ 500.000,0000	05/06/2025	Sim
25	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras. gov.br	4	Unidade	R\$ 84.000,0000	05/06/2025	Sim
26	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras. gov.br	2	Unidade	R\$ 61.000,0000	05/06/2025	Sim
27	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras. gov.br	62	Unidade	R\$ 12.000,0000	05/06/2025	Sim
28	I	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov. br	4	Unidade	R\$ 3.490.050,0000	27/05/2025	Sim
29	I	ESP-PRODESP-CIA.PROC DE DADOS EST. SP - Compras.gov.br	61	Unidade	R\$ 10.000,0000	06/05/2025	Sim
30	I	PRESIDENCIA DA REPUBLICA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 10.620,0000	10/04/2025	Sim
31	I	CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA 6ª - MG - Compras. gov.br	1	Unidade	R\$ 37.647,0000	08/04/2025	Sim
32	I	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 4.020.000,0000	02/04/2025	Sim
33	I	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.670.000,0000	02/04/2025	Sim
34	I	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO - Compras.gov.br	80	Unidade	R\$ 2.799,3100	06/03/2025	Sim
35	I	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 47.581,7000	06/03/2025	Sim
36	I	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 32.845,0000	06/03/2025	Sim
37	I	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 76.755,6000	06/03/2025	Sim
38	I	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 44,3700	06/03/2025	Sim
39	I	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 11.129,8000	06/03/2025	Sim
		MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO					

40		MATO GROSSO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 257.854,0000	06/03/2025	Sim
41		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 8.700,0000	24/02/2025	Sim
42		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	34	Unidade	R\$ 1.029,0000	24/02/2025	Sim
43		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	35	Unidade	R\$ 1.390,0000	24/02/2025	Sim
44		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	41	Unidade	R\$ 465,0000	24/02/2025	Sim
45		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DA PARAIBA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 186.392,0000	19/02/2025	Sim
46		TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 3.476.760,0000	14/01/2025	Sim
47		TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 11.115.000,0000	14/01/2025	Sim
48		TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.379.340,0000	14/01/2025	Sim
49		TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.862.640,0000	14/01/2025	Sim
50		TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 11.212.000,0000	14/01/2025	Sim

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 2

Descrição do item

21202 - Informática - Segurança Rede

Unidade de Fornecimento

UNIDADE

Quantidade

5

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 24,6000

Média

R\$ 598.177,9667

● Mediana

R\$ 4.249,0350

Coefficiente de Variação: 433,8138%

Desvio Padrão: 2.594.978,3885

Maior Preço: R\$ 16.699.000,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ - RO - Compras.gov.br	20	UNIDADE	R\$ 640,0000	25/11/2025	Sim
2		PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ - RO - Compras.gov.br	3	UNIDADE	R\$ 574,0000	25/11/2025	Sim
3		PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ - RO - Compras.gov.br	3	UNIDADE	R\$ 521,9900	25/11/2025	Sim
4		ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	1248	UNIDADE	R\$ 30,0000	24/11/2025	Sim
5		ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	1248	UNIDADE	R\$ 40,0000	24/11/2025	Sim
6		ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	96	UNIDADE	R\$ 890,0000	24/11/2025	Sim
7		ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	24	UNIDADE	R\$ 890,0000	24/11/2025	Sim
8		ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	120	UNIDADE	R\$ 890,0000	24/11/2025	Sim
9		ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	48	UNIDADE	R\$ 2.000,0000	24/11/2025	Sim
		CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ -					

10	I	Compras.gov.br	12 UNIDADE	R\$ 723,0000	23/11/2025	Sim
11	I	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	29 UNIDADE	R\$ 45.000,0000	13/11/2025	Sim
12	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO - PB - Compras.gov.br	40 UNIDADE	R\$ 220,0000	12/11/2025	Sim
13	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO - PB - Compras.gov.br	100 UNIDADE	R\$ 24,6000	12/11/2025	Sim
14	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO - PB - Compras.gov.br	20 UNIDADE	R\$ 98,0000	12/11/2025	Sim
15	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO - PB - Compras.gov.br	3 UNIDADE	R\$ 1.300,0000	12/11/2025	Sim
16	I	PMSP - EMPRESA DE TEC. DA INFORMAÇÃO - PRODAM - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 1.037.650,0000	10/11/2025	Sim
17	I	MINISTERIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 8.539.970,0000	10/11/2025	Sim
18	I	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 4.451,3700	03/11/2025	Sim
19	I	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 4.046,7000	03/11/2025	Sim
20	I	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 2.023,3500	03/11/2025	Sim
21	I	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	12 UNIDADE	R\$ 34.400,0000	03/11/2025	Sim
22	I	CONSELHO REG.DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS-MT - Compras.gov.br	12 UNIDADE	R\$ 1.093,0000	30/10/2025	Sim
23	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 5.500,0000	29/10/2025	Sim
24	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20 UNIDADE	R\$ 280,0000	27/10/2025	Sim
25	I	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL-AM - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 11.000,0000	23/10/2025	Sim
26	I	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL-AM - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 10.000,0000	23/10/2025	Sim
27	I	PREFEITURA DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO - PR - Compras.gov.br	30 UNIDADE	R\$ 2.977,9900	16/10/2025	Sim
28	I	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO/RN - Compras.gov.br	300 UNIDADE	R\$ 548,2370	08/10/2025	Sim
29	I	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO/RN - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 16.699.000,0000	08/10/2025	Sim
30	I	PREFEITURA DE SANTA HELENA - PR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 345.000,0000	06/10/2025	Sim
i31	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	8 UNIDADE	R\$ 36.388,3000	21/09/2025	Sim
32	I	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	2112 UNIDADE	R\$ 35,0000	19/09/2025	Sim
33	I	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	4224 UNIDADE	R\$ 65,0000	19/09/2025	Sim
34	I	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	2112 UNIDADE	R\$ 65,0000	19/09/2025	Sim
35	I	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	6336 UNIDADE	R\$ 55,0000	19/09/2025	Sim
36	I	MIN.DA GEST.E DA INOVACAO EM SERVICOS PUBLICO - Compras.gov.br	400 UNIDADE	R\$ 100,0000	18/09/2025	Sim
i37	I	CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 7ª - RS - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 16.222,8000	17/09/2025	Sim
38	I	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	2 UNIDADE	R\$ 60.000,0000	10/09/2025	Sim

39	I	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	24 UNIDADE	R\$ 43.028,0000	10/09/2025	Sim
40	I	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	2 UNIDADE	R\$ 254.553,0000	10/09/2025	Sim
41	I	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	8 UNIDADE	R\$ 28.620,0000	10/09/2025	Sim
42	I	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	2 UNIDADE	R\$ 58.494,0000	10/09/2025	Sim
43	I	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	4 UNIDADE	R\$ 124.702,0000	10/09/2025	Sim
44	I	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	2 UNIDADE	R\$ 643.487,0000	10/09/2025	Sim
45	I	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	4 UNIDADE	R\$ 56.837,0000	10/09/2025	Sim
46	I	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	2 UNIDADE	R\$ 350.417,0000	10/09/2025	Sim
47	I	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	4 UNIDADE	R\$ 53.911,0000	10/09/2025	Sim
48	I	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	2 UNIDADE	R\$ 505.536,0000	10/09/2025	Sim
49	I	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 837.729,0000	10/09/2025	Sim
50	I	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	5 UNIDADE	R\$ 86.871,0000	10/09/2025	Sim

Legenda:

⚠ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 3

Descrição do item
27480 - Licenciamento de Direitos de Produção, Distribuição ou Comercialização de Programas de Computador

Unidade de Fornecimento
UNIDADE

Quantidade
44

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço
Média

R\$ 39,2600
R\$ 64.913,7052

● Mediana

R\$ 3.335,5000

Coeficiente de Variação: 270,7742%
Desvio Padrão: 175.769,5715
Maior Preço: R\$ 949.000,0000

Método de cálculo adotado: Mediana



Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DA PARAIBA - Compras.gov.br	1 UNIDADE		R\$ 5.134,6900	23/11/2025	Sim
2	I	PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO RN - Compras.gov.br	3 UNIDADE		R\$ 46.500,0000	19/11/2025	Sim
3	I	PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO RN - Compras.gov.br	2 UNIDADE		R\$ 949.000,0000	19/11/2025	Sim
4	I	PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO RN - Compras.gov.br	2 UNIDADE		R\$ 619.000,0000	19/11/2025	Sim
5	I	PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO RN - Compras.gov.br	2 UNIDADE		R\$ 444.900,0000	19/11/2025	Sim
6	I	PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO RN - Compras.gov.br	1 UNIDADE		R\$ 280.000,0000	19/11/2025	Sim
7	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	13 UNIDADE		R\$ 3.577,0000	18/11/2025	Sim
		CONSELHO REG DE ENGENHARIA E					

8	I	AGRONOMIA-MS - Compras.gov.br	2 UNIDADE	R\$ 30.588,2000	16/11/2025	Sim
9	I	CONSELHO REG DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-MS - Compras.gov.br	2 UNIDADE	R\$ 1.858,6600	16/11/2025	Sim
10	I	CONSELHO REG DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-MS - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 5.462,1800	16/11/2025	Sim
11	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 500,0000	13/11/2025	Sim
12	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 2.019,0500	13/11/2025	Sim
13	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 884,6800	13/11/2025	Sim
14	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 890,0000	13/11/2025	Sim
15	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 6.100,0000	13/11/2025	Sim
16	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 3.496,0000	13/11/2025	Sim
17	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC. DO MARANHÃO - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 720,0000	06/11/2025	Sim
18	I	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO/RN - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 405.872,0000	05/11/2025	Sim
19	I	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 8.192,9300	04/11/2025	Sim
20	I	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 54.992,0000	04/11/2025	Sim
21	I	CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 122,0000	03/11/2025	Sim
22	I	CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 1.343,0000	03/11/2025	Sim
23	I	CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA-PE - Compras.gov.br	60 UNIDADE	R\$ 1.030,0000	30/10/2025	Sim
24	I	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO R. G. NORTE - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 6.800,0000	28/10/2025	Sim
25	I	MINISTERIO DEFESA - Compras.gov.br	5 UNIDADE	R\$ 11.960,0000	21/10/2025	Sim
26	I	CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO MARANHÃO - Compras.gov.br	12 UNIDADE	R\$ 200,0000	19/10/2025	Sim
27	I	CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO MARANHÃO - Compras.gov.br	10 UNIDADE	R\$ 123,2600	19/10/2025	Sim
28	I	CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO MARANHÃO - Compras.gov.br	10 UNIDADE	R\$ 78,5300	19/10/2025	Sim
i29	I	CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO MARANHÃO - Compras.gov.br	9 UNIDADE	R\$ 39,2600	19/10/2025	Sim
i30	I	CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO MARANHÃO - Compras.gov.br	21 UNIDADE	R\$ 380,0000	16/10/2025	Sim
i31	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 4.995,0000	14/10/2025	Sim
32	I	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	2 UNIDADE	R\$ 4.590,0000	13/10/2025	Sim
33	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5 UNIDADE	R\$ 1.236,2700	13/10/2025	Sim
34	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA - Compras.gov.br	8 UNIDADE	R\$ 76,0000	02/10/2025	Sim
35	I	DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	50 UNIDADE	R\$ 1.980,0000	29/09/2025	Sim
i36	I	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 15.120,0000	28/09/2025	Sim
37	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	2 UNIDADE	R\$ 50.520,0000	19/09/2025	Sim
i38	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 1.252,5200	17/09/2025	Sim

39		PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO RN - Compras.gov.br	2500 UNIDADE	R\$ 190,0000	17/09/2025	Sim
40		PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO RN - Compras.gov.br	4 UNIDADE	R\$ 16.980,0000	17/09/2025	Sim
41		PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO RN - Compras.gov.br	4 UNIDADE	R\$ 50.310,0000	17/09/2025	Sim
42		PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO RN - Compras.gov.br	32 UNIDADE	R\$ 27.920,0000	17/09/2025	Sim
i 43		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 2.327,0300	07/09/2025	Sim
44		TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO AMAPA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 126.000,0000	01/09/2025	Sim
45		TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - Compras.gov.br	10 UNIDADE	R\$ 42.000,0000	01/09/2025	Sim
46		TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - Compras.gov.br	2000 UNIDADE	R\$ 680,0000	01/09/2025	Sim
47		TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - Compras.gov.br	1585 UNIDADE	R\$ 1.900,0000	01/09/2025	Sim
48		TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - Compras.gov.br	1200 UNIDADE	R\$ 1.900,0000	01/09/2025	Sim
49		TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - Compras.gov.br	4000 UNIDADE	R\$ 770,0000	01/09/2025	Sim
50		TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - Compras.gov.br	4000 UNIDADE	R\$ 3.175,0000	01/09/2025	Sim

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 4

Descrição do item		Unidade de Fornecimento	Quantidade				
27740 - Serviços de Garantia de Equipamentos de TIC		UNIDADE	2				
Consolidação dos preços cotados							
Menor Preço	Média	● Mediana	Coefficiente de Variação: 229,7944%				
R\$ 626,0000	R\$ 72.780,6950	R\$ 14.624,8000	Desvio Padrão: 167.245,9473				
			Maior Preço: R\$ 690.000,0000				
Método de cálculo adotado: Mediana							
Filtro Aplicado							
Período: 12 Meses							
Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br	2	UNIDADE	R\$ 83.250,0000	26/11/2025	Sim
2	I	ESP-FUND. AMP. PESQ. EST. DE SAO PAUL - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 57.996,0000	25/11/2025	Sim
3	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	2	UNIDADE	R\$ 677.318,0000	24/11/2025	Sim
4	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 158.000,0000	24/11/2025	Sim
5	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL - Compras.gov.br	120	UNIDADE	R\$ 6.165,0200	24/11/2025	Sim
6	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL - Compras.gov.br	120	UNIDADE	R\$ 16.049,6000	24/11/2025	Sim
7	I	CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO - Compras.gov.br	2	UNIDADE	R\$ 626,0000	24/11/2025	Sim
8	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 20.924,0000	24/11/2025	Sim

9	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 20.924,0000	24/11/2025	Sim
10	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 13.200,0000	24/11/2025	Sim
11	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 10.950,0000	24/11/2025	Sim
12	I	INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - Compras.gov.br	4 UNIDADE	R\$ 8.499,0000	23/11/2025	Sim
13	I	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 5.400,0000	18/11/2025	Sim
14	I	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 2.040,0000	18/11/2025	Sim
15	I	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 12.000,0000	18/11/2025	Sim
16	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 690.000,0000	17/11/2025	Sim
17	I	CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA - Compras.gov.br	27 UNIDADE	R\$ 24.520,0000	07/11/2025	Sim
18	I	CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA - Compras.gov.br	2 UNIDADE	R\$ 65.460,0000	07/11/2025	Sim
19	I	CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA - Compras.gov.br	3 UNIDADE	R\$ 106.090,0000	07/11/2025	Sim
20	I	CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA - Compras.gov.br	2 UNIDADE	R\$ 78.250,0000	07/11/2025	Sim
21	I	CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA - Compras.gov.br	4 UNIDADE	R\$ 44.850,0000	07/11/2025	Sim
22	I	CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA - Compras.gov.br	2 UNIDADE	R\$ 66.340,0000	07/11/2025	Sim
23	I	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM-SP - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 679,0000	07/11/2025	Sim
24	I	JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br	6 UNIDADE	R\$ 506.500,0000	05/11/2025	Sim
25	I	JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br	8 UNIDADE	R\$ 630.023,0000	05/11/2025	Sim
26	I	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA - Compras.gov.br	6 UNIDADE	R\$ 11.096,7000	05/11/2025	Sim
27	I	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA - Compras.gov.br	4 UNIDADE	R\$ 8.047,5000	05/11/2025	Sim
28	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SERGIPE - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 18.000,0000	04/11/2025	Sim
29	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SERGIPE - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 44.000,0000	04/11/2025	Sim
30	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SERGIPE - Compras.gov.br	3 UNIDADE	R\$ 17.000,0000	04/11/2025	Sim
31	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SERGIPE - Compras.gov.br	2 UNIDADE	R\$ 4.000,0000	04/11/2025	Sim
32	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SERGIPE - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 3.500,0000	04/11/2025	Sim
33	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SERGIPE - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 3.500,0000	04/11/2025	Sim
34	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SERGIPE - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 3.500,0000	04/11/2025	Sim
35	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SERGIPE - Compras.gov.br	2 UNIDADE	R\$ 5.900,0000	04/11/2025	Sim
36	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SERGIPE - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 3.500,0000	04/11/2025	Sim
		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE				

37		SERGIPE - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 3.500,0000	04/11/2025	Sim
38		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SERGIPE - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 3.500,0000	04/11/2025	Sim
39		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SERGIPE - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 3.500,0000	04/11/2025	Sim
40		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SERGIPE - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 3.500,0000	04/11/2025	Sim
41		ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 16.165,4000	23/10/2025	Sim
i42		JUSTICA DO TRABALHO - Compras. gov.br	24 UNIDADE	R\$ 4.242,3300	20/10/2025	Sim
i43		JUSTICA DO TRABALHO - Compras. gov.br	24 UNIDADE	R\$ 1.841,6500	20/10/2025	Sim
i44		JUSTICA DO TRABALHO - Compras. gov.br	24 UNIDADE	R\$ 24.792,8000	20/10/2025	Sim
i45		JUSTICA DO TRABALHO - Compras. gov.br	24 UNIDADE	R\$ 1.841,6500	20/10/2025	Sim
i46		JUSTICA DO TRABALHO - Compras. gov.br	24 UNIDADE	R\$ 11.153,1000	20/10/2025	Sim
47		MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 57.000,0000	17/10/2025	Sim
48		MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 17.600,0000	17/10/2025	Sim
49		MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 34.300,0000	17/10/2025	Sim
50		MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 28.000,0000	17/10/2025	Sim

Legenda:
 ▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Relatório emitido em 02/12/2025 09:33

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre (X-μ)², onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

FORCEPOINT TECHNICAL SUPPORT

Forcepoint Technical Support combines people, process and technology in support of our Subscribers' use of Forcepoint Products. Subscribers are enrolled in one of three Forcepoint Technical Support programs: (1) Essential Support; (2) Enhanced Support; and (3) Enterprise Support. Those Support offerings that are additional charge support options are only provided after Subscriber has paid the associated additional fees.

1. **Forcepoint Essential Support:** Through the combination of available resources, Subscriber can submit new cases and manage cases through the Forcepoint Customer Hub, access the available security features and download s,software, upgrades, updates and patches, as well as review technical documentation. With Essential Support, Subscribers receive access to:
 - 24x7x365 online support located at: [Forcepoint Customer Hub](#)
 - Help & Resource Center
 - Customer Community
 - Tech Alerts
 - Download software updates and patches
 - Submit and track support cases for Severity Two, Severity Three, and Severity Four issues
 - Telephone support during Forcepoint's regional business hours for Severity One issues
 - On-line via the Forcepoint Customer Hub assistance for Severity Two, Severity Three, and Severity Four issues that will be worked during Forcepoint's regular regional business hours only

The Forcepoint support team has received technical training in the Forcepoint Products and related supported applications. Forcepoint will:

- Address Subscriber open cases in a professional and courteous manner
- Assign a case number used to track status and as a reference for Subscriber inquiries
- Communicate the status of open cases
- Log the support activity and provide status updates

If Subscriber is running a version of the Product that is not supported, Forcepoint is not obligated to provide hotfixes, patches, or troubleshooting for any Severity level.

2. **Forcepoint Enhanced Support:** Forcepoint Enhanced Support includes all the benefits of Essential Support and adds a Customer Success Manager (CSM) assigned to the account by Forcepoint. The CSM is available to work with the Subscriber to understand Subscriber's strategic business goals, provide relevant insights, and preventative risk strategies. Upon gaining an understanding of Subscriber's strategy with Forcepoint systems and primary use cases, the CSM will work with the Subscriber to:
 - Act as the Subscriber's advocate across all Forcepoint's lines of business
 - Support onboarding, adoption, and optimum use of the Forcepoint Products
 - Perform regular Executive Business Reviews to understand the Subscriber's business goals, provide insights into Product usage, and create mutually agreed upon Success Plans. Success Plans will outline actionable steps where the CSM will engage with the Subscriber through regular touchpoints to make progress towards the desired outcomes and maximize the benefits from the Forcepoint Products

With Enhanced Support, Subscriber receives access to:

- Priority access to technical support engineers
- Telephone support for Severity One and Severity Two issues
- 24/7 support for Severity One issues
- Annual executive business review via remote session to evaluate progress in achieving information security goals, find areas to improve through use of the Product, and identify any system health focus areas

3. **Forcepoint Enterprise Support:** Forcepoint Enterprise Support includes all the benefits of Enhanced Support and adds access to the Forcepoint Customer Success Architect (CSA) team. The CSA team is available to provide technical solutions and guidance to help Subscribers derive more effective business results from Forcepoint Products and gain insight to help stay ahead of security risks, including:
 - Semi-annual Maturity Assessments Reports to evaluate progress in achieving security goals, Product adoption, observations and recommendations, and actionable next steps to improve Subscriber security maturity
 - Knowledge Exchange sessions covering topics such as Product feature and use case demonstrations, available reporting and metrics, upgrade plan reviews, and new feature announcements and usage

These benefits are described in more detail at: [Forcepoint Support Programs](#)

4. **Forcepoint Hardware Support:** Hardware support for Forcepoint appliances is available to Subscribers with a valid Subscription for Forcepoint software applications running on the hardware. Support for hardware is available only during the Subscription Term for the enrolled level of Forcepoint Technical Support, and under a valid hardware support contract.

➤ Hardware (other than Network Security Hardware) support includes:

- Parts replacement of defective hardware materials and workmanship including internal peripherals
- “Retain your hard drive” option in the event of hard drive failure and replacement
- Phone-based troubleshooting
- Severity One issue on-site parts replacement provided by a Forcepoint authorized service technician at Subscriber’s business location on record (see Section 12, Subscriber Responsibilities)

➤ Network Security Hardware limited warranty support is available to Subscribers that have a valid Subscription support enrollment to Forcepoint Technical Support for the Hardware during the Subscription Term and includes:

- Advanced Return Material Authorization (ARMA) Support¹

- Hardware replacement with new unit if there is a material defect in workmanship in the hardware reported to Forcepoint within the first 90 days of hardware purchase which Forcepoint deems to be a dead on arrival (DOA) defect
- Full-box and Customer Replaceable Unit (CRU) replacement of defective hardware materials and workmanship including internal peripherals with refurbished or equivalent unit after the first 90 days of hardware purchase which Forcepoint deems to be a Return Material Authorization (RMA) defect²
- Replacement unit ships next business day following RMA issuance
- “Retain your hard drive” option in the event of hard drive failure and replacement
- Telephone-based troubleshooting

➤ Network Security Hardware upgraded support offerings are additional charge support options, and are only provided after Subscriber has paid the associated fees for participation in one of these support options:

- Next Business Day (NBD) Support³

- Includes ARMA Support
- Forcepoint will use commercially reasonable efforts for next business day from RMA issuance⁴ parts delivery for full-box and CRU
- NBD Support is available during Forcepoint’s support location business hours⁵

- Next Business Day with Keep-the-Box add-on

- Includes Next Business Day (NBD) Support
- Subscriber retains the defective Hardware when the Hardware is replaced due to failure⁶

- Same Day (SD) Support⁵

- Includes ARMA Support
- Forcepoint will use commercially reasonable efforts for same business day within 4 hours from RMA issuance parts delivery for full-box and CRU
- Available 24/7

For non-Forcepoint branded hardware, Subscriber must contact the hardware manufacturer directly in order to obtain any available warranty assistance.

5. **Forcepoint Technical Support Targeted Response Times:** Forcepoint follows a multi-level support process. The levels allow for engagement of the proper resources as deemed appropriate for the support request. Response times are dependent on the Forcepoint Technical Support level that Subscriber is enrolled in and the severity of the issue reported. A support case is generated for the Subscriber by a member of the Forcepoint Technical Support team or by the Subscriber online at [Forcepoint Customer Hub](#).

Technical Support requests are assigned a Severity Level based on the descriptions in the chart below:

For all Forcepoint Products other than Forcepoint Cloud Services Products:

Severity Level	Initial Response		
	Essential Support	Enhanced Support	Enterprise Support
Severity One (highest severity) Business is severely impacted. - Forcepoint Product is not functioning and no viable workaround is available - Subscriber environment compromised or at risk for significant data corruption - Mission critical application is down or the majority of users are not able to conduct business	1 Hour	Up to 45 Minutes	Up to 30 Minutes
Severity Two Business is disrupted but functioning. - Forcepoint Product functionality is severely impacted - Mission critical applications or the majority of users are impacted	Up to 4 Business Hours	Up to 2 Hours	Up to 2 Hours
Severity Three Business is not affected but symptoms exist - Forcepoint Product is functioning in a restricted fashion and a workaround exists - Mission critical applications are functional with some end users affected	Up to 8 Business Hours	Up to 6 Business Hours	Up to 4 Business Hours
Severity Four (lowest severity) A request for information. - Request for Forcepoint Product information or questions regarding how to use the Forcepoint Product - Minimal impact to Subscriber business - a request for Forcepoint Product modification	Up to 2 Business Days	Up to 2 Business Days	Up to 1 Business Day

For Forcepoint Cloud Services Products only:

Severity Level	Initial Response			Resolution Target
	Essential Support	Enhanced Support	Enterprise Support	
Severity One (highest severity) - Service unavailable or, if applicable, Virus infection occurring	1 Hour	Up to 45 Minutes	Up to 30 Minutes	As soon as possible but no later than within one business day of the call
Severity Two – Partial loss of Service but, as applicable, Web Content and/or email are still being processed	Up to 4 Business Hours	Up to 2 Hours	Up to 2 Hours	As soon as practicable but within two business days or as otherwise agreed between Forcepoint and Subscriber
Severity Three - Service is available, but technical questions or configuration issues	Up to 8 Business Hours	Up to 6 Business Hours	Up to 4 Business Hours	As soon as practicable or as otherwise agreed between Forcepoint and Subscriber
Severity Four (lowest severity) – Information Issues, reporting questions, password resets	Up to 2 Business Days	Up to 2 Business Days	Up to 1 Business Day	At the time of response or as soon as practicable thereafter or as otherwise agreed between Forcepoint and Subscriber

Hardware On-Site Parts Replacement Response Times:

Hardware Appliance	Initial Response (after phone-based troubleshooting is completed)
V10000 V20000 M5000 M7500 M10000	Standard 3-Year, 4-Hour On-Site Parts Replacement ⁷ Optional 5-Year, 4-Hour On-Site Parts Replacement ⁹ (additional purchase required)
V5000	Standard 3-Year, Next Business Day On-Site Parts Replacement ⁹ Optional 5-Year, 4-Hour On-Site Parts Replacement ⁹ (additional purchase required)
X10G	Standard 3-Year, Next Business Day On-Site Parts Replacement ⁹ Optional 5-Year, 4-Hour On-Site Parts Replacement ⁹ (additional purchase required)
Z2500 Z5000 Z10000 Z20000 Z50000	Standard 3-Year, Next Business Day On-Site Parts Replacement ⁹
Storage Array 30TB Storage Array 60TB Storage Array 110TB	Standard 3-Year, Next Business Day On-Site Parts Replacement ⁹

6. **Service Level Guidelines: Response Time and Request Resolution⁸:**

Service Level Compliance: Forcepoint strives to provide compliance of 80% for Enhanced Support and 90% for Enterprise Support for the service levels set forth in the following response times:

- Service response levels:
 - Business hours are Monday through Friday, during the hours set forth in the region where Subscriber resides as set forth at: [Contact Support](#) (“Business Hours”)
 - Target response time for cases raised during Business Hours is based on the Severity Level of the issue (Please see chart)
 - For calls to Support that occur after hours, the target response time for inbound telephone calls is within one hour for entitled Subscribers
- These benefits are described in more detail at: [Forcepoint Support Programs](#)

Escalation response levels: If the Forcepoint Technical Support team cannot resolve the support case, then the issue will be escalated to the Forcepoint Engineering team. The technical support engineer will update Subscriber on the plan of action and provide timely status updates. Such an action plan may include, but shall not be limited to, scheduled calls for troubleshooting, additional data collection, or issue resolution.

Support for hardware: Response times for hardware parts replacement applies after phone-based troubleshooting has concluded and will vary by country. See chart above for response times.

7. **Subscriber Responsibilities:** In order to efficiently resolve issues, it is important that there be clear and effective communications between Subscriber and Forcepoint. The first step of the process requires an accurate reporting of the issue by Subscriber. Subscriber will need to provide Forcepoint Technical Support with at least the following information to initiate the process outlined in this document:

- Subscriber name
- Subscription or License/License information
- Support PIN of the day for Subscriber’s Cloud security account
- Technical contact information including: name, telephone number, and email address
- Preliminary assessment of the scope and severity of the issue, including the number of affected Users/Seats
- Additional details and files as requested by Forcepoint needed to resolve the issue

A case number will be assigned and provided to you. Subscriber should retain and use this case number in order to facilitate future communications regarding the matter.

➤ **Hardware (other than Network Security Hardware) Subscriber responsibilities:**

In order to receive on-site parts replacement for a hardware Severity One issue, Subscriber must keep a current record with Forcepoint of the business location on record for the physical location of the hardware.⁹ Failure to keep current the business location on record will result in service interruption until Forcepoint and its OEM receive and process the information for the updated location.

- Subscriber must notify Forcepoint of hardware transferred to alternate business locations, 10 days prior to the transfer, within or outside the country of purchase to ensure response time coverage and country registration¹⁰
- Updates to a physical location must be completed prior to dispatching of authorized technicians
- Subscriber or Subscriber's authorized representative must be available when the service technical arrives, or the service technician will not be able to service the hardware¹¹
- Missed service calls due to Subscriber's unavailability may result in additional charges for the follow-up service call

➤ **Network Security Hardware Subscriber responsibilities:**

In order to receive hardware warranty support for the Network Security Hardware, Subscriber must keep a current record with Forcepoint of the business location on record for the physical location of the hardware.¹² Failure to keep current the business location on record will result in service interruption until Forcepoint and its OEM receive and process the information for the updated location.

- Subscriber must obtain a RMA number from Forcepoint prior to returning hardware for a warranty claim¹³
- Subscriber must be able to provide the location of the hardware, a detailed description of the issues or errors, a description of the hardware, including serial number or Service Tag number, and the names and versions of any operating systems and software loaded on the hardware, including patches and fixes
- Subscriber will cooperate and take reasonable actions as directed by Forcepoint during the telephone troubleshooting phase
- If Forcepoint in its sole discretion ships a full box replacement or CRU, then Subscriber must return the replaced hardware unit within 15 days following receipt of the full box or CRU, unless Subscriber has purchased the Keep-the Box add-on¹⁴
- Subscriber will ensure that any returned hardware is free of any legal obligations or restrictions preventing Forcepoint from exchanging, repairing, or replacing the hardware
- If support is provided at Subscriber's location, Subscriber will ensure that the hardware is available to Forcepoint for repair or replacement during Business Hours, and that the premises where the hardware is located are safe and free of undue risk or danger to Forcepoint's personnel

Hardware support can only be provided for hardware that has not been damaged as a result of external forces or conditions such as accident, abuse, misuse, unstable environment or power sources, or acts of God. Hardware support will not be provided where:

- Hardware is repurposed or modified from its original configuration
- Hardware has missing or altered serial numbers or Service Tags
- Hardware has been serviced by someone other than a Forcepoint-authorized service provider
- Essential, Enhanced, or Enterprise Support Subscription has expired

8. **Technical Support Channels:** There are two ways for Subscribers to engage support:

- Recommended: Open a case online at: [Forcepoint Customer Hub](#)
- Entitled Subscribers can open a case via telephone: [Contact Support](#)¹⁵

9. **Support Escalation Channels:** If after following the procedures for creation of a technical support case Subscriber desires to escalate a support issue, the following escalation path to a Technical Support Manager in Subscriber's region is available using the numbers listed below:

Note: Please ask for a support delivery manager when calling during supported Business Hours for immediate attention to your concerns.

Technical Support Americas		+1.512.664.1360
Technical Support EMEA		+44 (0) 1189 388515
Technical Support APAC	Australia/New Zealand:	+61 2 9414 0033
	India:	+000 800 050 3867
	China, Japan, SE Asia:	+86 (10) 5884-4200

Escalation contacts are available 24 hours a day, 7 days a week to provide Enhanced Support and Enterprise Support for Subscriber's Severity One business needs. Escalation contacts are available during Business Hours to provide Essential Support for Subscriber's Severity One business needs.

-
- ¹ Hardware support is only provided to the Subscriber's location of record on file with Forcepoint.
 - ² Available during Subscriber's enrollment in Forcepoint Technical Support for the Hardware.
 - ³ NBD and SD support offerings are only provided to Subscriber's location of record on file with Forcepoint, and are only available within the service locations set forth at: [Service Locations](#). Hardware eligible for NBD and SD support must be deployed within range of an authorized service location to qualify.
 - ⁴ For NBD delivery, the RMA must be issued no later than the local times set forth at: [Service Locations](#). If the RMA is not issued until after the local cut off time, then Forcepoint will use commercially reasonable efforts to deliver the replacement unit to Subscriber within two business days.
 - ⁵ A "business day" or "business hours" is Monday – Friday, 8:00 a.m. – 5:00 p.m. (08:00 – 17:00), and excludes recognized holidays within the service location. Some service locations may have hours that differ from these. More detailed service location information is available at: [Contact Support](#).
 - ⁶ The replaced hardware unit must be decommissioned by Subscriber, the warranty is void, and Forcepoint will no longer provide support for the decommissioned hardware.
 - ⁷ Subject to service availability within the service location. For additional information on service availability and locations visit: [Contact Support](#)
 - ⁸ Service levels are applicable for the software configurations described at [Certified Product Matrix](#). Action requests involving non-certified configurations may require more time to resolve, Forcepoint will make commercially reasonable efforts to resolve technical support calls in the aforementioned service level time frame.
 - ⁹ A service technician will only be dispatched after Forcepoint and Subscriber have concluded phone-based troubleshooting and determined that a Severity One issue exists.
 - ¹⁰ Registrations may take up to 10 business days to complete.
 - ¹¹ In the event that Subscriber is not available, the technician will leave a card as indication that the technician was there and the visit will be rescheduled.
 - ¹² The Network Security hardware may not be transferred outside of the country of registration without Forcepoint's written authorization.
 - ¹³ Subscriber is responsible for properly packaging, insuring, and shipping at Subscriber's expense and risk of loss any returned hardware to Forcepoint's repair location. Hardware sent without an RMA will be rejected by Forcepoint and returned to Subscriber at Subscriber's expense.
 - ¹⁴ All returned hardware is the property of Forcepoint at the time RMA number has been issued, unless Subscriber has purchased the Keep-the Box add-on. Replacement hardware will assume the remainder of any existing warranty of the original hardware.
 - ¹⁵ Toll-free numbers are provided for Subscribers of Essential, Enhanced, and Enterprise Support in some geographies.

Documento Digitalizado Público

Estudo Técnico Preliminar 263/2025

Assunto: Estudo Técnico Preliminar 263/2025
Assinado por: Wendel Marcos
Tipo do Documento: Estudo Técnico
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Digital

Documento assinado eletronicamente por:
■ **Wendel Marcos dos Santos, TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO**, em 19/12/2025 11:16:26.

Este documento foi armazenado no SUAP em 19/12/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsp.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 2290255
Código de Autenticação: 62b72b2e64



INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SÃO PAULO

Contrato 146/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
146/2025	158154-INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SÃO PAULO	DENIS CRISPIM DOS SANTOS	17/04/2026 15:36 (v 0.2)
Status			
RASCUNHO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC		23305.024691.2025-74

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO - IFSP

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO – IFSP, autarquia federal de ensino, criada pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, com sede à Rua Pedro Vicente, 625-A, Canindé, 01109-010, na cidade de São Paulo/SP, inscrito no CNPJ sob o nº 10.882.594/0001-65, neste ato representado pelo Diretor de Logística e Aquisições, Sr. Deir Oliveira de Oliveira, matrícula Siape no 2155567, nomeado pela Portaria IFSP no 522, de 12 de janeiro de 2026 e autorizado a celebrar contratos mediante portaria de delegação de competência IFSP/GAB no 7.607, de 30 de setembro de 2025, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **[CONTRATADO]**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **[CNPJ]**, sediado(a) na **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **[nome e função no CONTRATADO]**, conforme **[atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos]**, tendo em vista o que consta no Processo nº **23305.024691.2025-74** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº XX/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de serviços de suporte técnico, atualização de software/firmware, garantia estendida (RMA) e licenças de segurança avançada para a solução de firewall de próxima geração (NGFW) já instalada no IFSP, incluindo funcionalidades de detecção avançada de malware, filtragem de URLs e gerenciamento centralizado, com vistas a assegurar a continuidade operacional, a proteção da infraestrutura de rede institucional e o atendimento às normas de segurança da informação, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Grupo	Item	Especificação	CATSER	Unidade	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
	1	SMCX - Forcepoint NGFW Management Center	27480	Unidade	40	1.139,63	45.585,63
	2	ODFSMCX - Forcepoint SMC Domains (200 Domain)	27480	Unidade	1	11.716,15	11.716,15
	3	FPURL6X - URL Filtering para NGFW N1105, N2201	21202	Unidade	1	7.585,98	7.585,98
		AMDPFWM - Advanced Malware Detection para NGFW					

1	4	M	21202	Unidade	1	8.512,79	8.512,79
	5	FPURL3X - URL Filtering para NGFW N1035, N335	21202	Unidade	1	3.502,02	3.502,02
	6	AMDPFWS - Advanced Malware Detection para NGFW S	21202	Unidade	1	3.956,63	3.956,63
	7	Essential Support - Suporte e Garantia (RMA) Consolidado*	21202	Unidade	1	59.050,01	59.050,01
Total							139.908,85

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. [O Edital da Licitação]
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da data **de assinatura do contrato**, podendo ser prorrogado nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração.

2.4. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação e nos demais aspectos que forem julgados relevantes, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.5. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
 - 2.5.1. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - 2.5.2. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
 - 2.5.3. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
 - 2.5.4. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
 - 2.5.5. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin[A4]).

2.6 O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.7. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.8. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.9. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

*5.1. O valor total da contratação é de **R\$ 139.908,85** (cento e trinta e nove mil, novecentos e oito reais e oitenta e cinco centavos).*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de **30 dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **60 dias**;

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A2]

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO[A3] ;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação **ou para qualificação na contratação direta;**

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.2. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

*13.4. O contrato **será extinto** quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.*

*13.5. O contrato **poderá** ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.*

13.6. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.[A2]

13.7. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.[A3]

13.9. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

13.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.9.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

13.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.10.3. Indenizações e multas.

13.11. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.12. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.12.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.12.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.13. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/Unidade: 26439/158154;

II) Fonte de Recursos: [...];

III) Programa de Trabalho: [...];

IV) Elemento de Despesa: [...];

V) Plano Interno: [...];

VI) Nota de Empenho: [...];

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em São Paulo, Seção Judiciária de São Paulo para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

São Paulo, documento assinado e datado eletronicamente

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

19. Responsáveis

Nenhum responsável informado.

Documento Digitalizado Público

MINUTA - TERMO DE CONTRATO_158154-000146-2025 ATUALIZADA

Assunto: MINUTA - TERMO DE CONTRATO_158154-000146-2025 ATUALIZADA
Assinado por: Denis Santos
Tipo do Documento: Termo para Contrato
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Digital

Documento assinado eletronicamente por:
■ Denis Crispim dos Santos, ADMINISTRADOR, em 17/04/2026 15:37:00.

Este documento foi armazenado no SUAP em 17/04/2026. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsp.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 2405329
Código de Autenticação: 1557af1764

